

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

ULISSES NASCIMENTO DE SOUZA

**O COOPERATIVISMO NA FORMAÇÃO POLÍTICO-PEDAGÓGICO
DE EGRESSOS DAS COOPERATIVAS-ESCOLAS DAS INSTITUIÇÕES
FEDERAIS DE ENSINO AGROPECUÁRIO DO CENTRO-OESTE**

**CUIABÁ – MT
2005**

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

ULISSES NASCIMENTO DE SOUZA

**O COOPERATIVISMO NA FORMAÇÃO POLÍTICO-PEDAGÓGICO
DE EGRESSOS DAS COOPERATIVAS-ESCOLAS DAS INSTITUIÇÕES
FEDERAIS DE ENSINO AGROPECUÁRIO DO CENTRO-OESTE**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, do Instituto de Educação da Universidade Federal de Mato Grosso como requisito para obtenção do título de Mestre em Educação (Área de Concentração Educação, Cultura e Sociedade, na Linha de Pesquisa Movimentos Sociais, Política e Educação Popular; no Grupo de Pesquisa Educação, Jovens e Democracia) sob a orientação do Professor Doutor Manoel Francisco de Vasconcelos Motta.

**CUIABÁ-MT
2005**

S729c

Souza, Ulisses Nascimento de

O Cooperativismo na Formação Político-Pedagógico de Egressos das Cooperativas-Escolas das Instituições Federais de Ensino Agropecuário do Centro-Oeste / Ulisses Nascimento de Souza. – Cuiabá: UFMT, 2005.

91p. ilustr.

Dissertação (Mestrado) – Apresentada à Universidade Federal de Mato Grosso. Instituto de Educação.

Orientador: Professor Doutor Manoel Francisco de Vasconcelos Motta

1. COOPERATIVAS-ESCOLAS – Educação – Instituições Federais de Ensino – Centro - Oeste. 2. FORMAÇÃO POLÍTICO – PEDAGÓGICA – Egressos - Ensino Agropecuário – Centro - Oeste. 3. ENSINO AGROPECUARIO – Egressos – Centro - Oeste I. Título.

CDU 37: 658.114.7

BANCA EXAMINADORA

**Professor Doutor Manoel Francisco de Vasconcelos Motta
Orientador**

**Professor Doutor Tito Carlos Machado de Oliveira
Examinador Externo – UFMS-MS**

**Professora Doutora Soraiha Miranda de Lima
Examinadora Interna**

Cuiabá, 12 de agosto de 2005.

*Este trabalho é dedicado a
minha mãe, Prof^a Lúcia, pela amorosa dedicação com que me fez trilhar o melhor
caminho. Coração amplo, ela atendeu com o melhor dos seus esforços a todos os seus
filhos e, multiplicada, iluminou, enquanto educadora, o despertar de todos os jovens a
quem ensinou, com prazer, os primeiros passos de uma caminhada positiva.*

A meu pai, Prof. Chiquinho, in memoriam.

*Aos meus filhos Anderson, Ulisses Júnior e Andréia, jovens que irradiam força e garra
que me fazem vencer.*

AGRADECIMENTOS

Os resultados positivos deste trabalho foram viabilizados pela contribuição insubstituível de inúmeras pessoas e instituições que, não medindo esforços, contribuíram decisivamente para coroá-lo de êxito. A elas devo gratidão.

Pela dedicação, complacência e confiança agradeço especialmente ao meu orientador Prof. Dr. Manoel Francisco de Vasconcelos Motta.

A Prof^a Dr^a Maria Aparecida Morgado, coordenadora do Grupo de Pesquisa Educação Jovens e Democracia do PPGE/IE/UFMT, pela condução dos trabalhos no grupo.

Aos Prof. Dr. Tito Carlos Machado de Oliveira e a Prof^a Dr^a Soraiha Miranda de Lima, pela valiosa colaboração prestada durante o exame de qualificação.

Aos Professores Doutores que tiveram a oportunidade de transmitir seus conhecimentos e possibilitaram sermos pesquisadores.

A Direção e colegas do CEFET- Cuiabá pelo apoio durante a nossa ausência.

Aos Professores Orientadores das Cooperativas-Escolas pelas informações prestadas que auxiliaram na construção desse trabalho.

Aos egressos entrevistados que não mediram esforços em relatar suas experiências somando na qualidade deste trabalho.

Andréa, Maria Ubaldina, Rosa Maria, Edmara, Cândida, Hudson e William, companheiros (as) que durante essa caminhada sempre estiveram presentes apoiando e colaborando no desenvolvimento dessa pesquisa.

Aos colegas mestrandos (as) pela colaboração e companheirismo durante esta caminhada.

Aos bolsistas PIBIC, componentes do Grupo de Pesquisa Educação Jovens e Democracia, pela disposição e empenho.

Aos amigos e amigas que estiveram de nosso lado durante este período.

A OCB/SESCOOP-MT, por ter aberto as portas e colocado principalmente o seu acervo bibliográfico a disposição.

*Qualquer trabalho científico, qualquer
descoberta, qualquer invenção é
um trabalho universal.
Ele está condicionado, em parte pela
cooperação de contemporâneos,
em parte pela utilização
do trabalho de seus predecessores.*

Karl Marx

RESUMO

Este trabalho teve como foco perceber em que medida os ideais do cooperativismo influenciaram no processo pedagógico, na formação política e nas trajetórias profissionais de egressos dos Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs) e Escolas Agrotécnicas Federais (EAFs) da região Centro-Oeste que atuaram no Conselho de Administração ou Conselho Fiscal da Cooperativa-Escola dessas instituições de ensino. Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa. Na primeira parte mostramos as raízes históricas e teóricas do cooperativismo, procurando fundamentar os valores e princípios que estruturam a organização e funcionamento das Cooperativas-Escolas. Em seguida trabalhamos os documentos oficiais das Cooperativas Escolas em que os egressos, foco da pesquisa, atuaram. Aplicamos entrevistas semi-estruturadas utilizando um roteiro dividido em 04 blocos temáticos, sendo: (i) identificação pessoal; (ii) participação na Cooperativa-Escola; (iii) avaliação da experiência na Cooperativa-Escola; e (iv) vivências político-pedagógicas posteriores a essa experiência. A partir dos resultados das entrevistas foi feita a análise da influência que os valores e princípios cooperativistas tiveram na formação pedagógica e política dos egressos. Este trabalho está vinculado ao projeto de pesquisa: Educação da Juventude em Mato Grosso: Impasses e Perspectivas Político-Pedagógicas no Grupo de Pesquisa Educação, Jovem e Democracia, na linha de pesquisa Movimentos Sociais, Política e Educação Popular no Programa de Pós Graduação em Educação - UFMT.

Palavras-chave: cooperativismo, egressos, político-pedagógico.

ABSTRACT

This work had as focus notices in that measured the ideals of the cooperativismo influenced in the pedagogic process, in the political formation and in the professional paths of exits of the Federal Centers of Technological Education (CEFETs) and Federal Agriculture Schools (EAFs) of the Center-west area that acted in Council of Administration or Fiscal Council of the Cooperative-school of those teaching institutions. It is a research of qualitative nature. In the first part we showed the historical and theoretical roots of the cooperativismo, trying to base the values and beginnings that structure the organization and operation of the Cooperative- School. Afterwards we worked with official documents of the Cooperatives Schools where the egresses, focus of the research, acted. We applied semi-structured interviews using an itinerary divided in 04 thematic blocks, being: (i) personal identification; (ii) participation in the Cooperative-school; (iii) evaluation of the experience in the Cooperative-school; and (iv) subsequent political-pedagogic existences after that experience. From the results of the interviews we did their analyzes about the influences that the values and beginnings cooperativistas had in the pedagogic and political formation of the egresses. This work is linked to the research project: Education of the Youth in Mato Grosso: Impasses and Political-pedagogic Perspectives in Pesquisa Education's Group, Young and Democracy, in the line of research Social Movements, Politics and Popular Education in Pós Graduation's Program in Education - UFMT.

Key-words: cooperativismo, exits, political-pedagogic.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Assembléia Geral Ordinária Cooperativa-Escola CEFET-Cuiabá 45

Figura 2- Foto aérea do CEFET-Urutaí-GO 47

LISTA DE ABREVIATURAS

ACI	Aliança Cooperativista Internacional
AGROVALE	Cooperativa Agropecuária de Quirinópolis
APL	Arranjo Produtivo Local
CEAG	Centro de Cursos Gerenciais
CEFET	Centro Federal de Educação Tecnológica
CEFETs	Centros Federais de Educação Tecnológica
CNC	Conselho Nacional de Cooperativismo
COAGRI	Coordenação Nacional do Ensino Agropecuário
COESA	Cooperativa-Escolar do Colégio Agrícola de Rio Verde
COETAGRI	Cooperativa Escolar e de Trabalho do Colégio Agrícola “Gustavo Dutra” Ltda
COMIGO	Cooperativa Mista dos Produtores Goiano
DOU	Diário Oficial da União
EAF Cáceres	Escola Agrotécnica Federal de Cáceres
EAF Ceres	Escola Agrotécnica Federal de Ceres
EAFs	Escolas Agrotécnicas Federais
EMPA	Empresa Mato-grossense de Pesquisa Agropecuária
EMPAER	Empresa Mato-grossense de Pesquisa, Assistência e Extensão Rural - S.A.
FEMA	Fundação Estadual do Meio Ambiente
GO	Goiás

INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
LTDA	Limitada
MEC	Ministério de Educação e Cultura
MG	Minas Gerais
MINTER	Ministério do Interior
MS	Mato Grosso do Sul
MT	Mato Grosso
OCB	Organização das Cooperativas Brasileiras
PL	Partido Liberal
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PP	Partido Progressista
PRONAF	Programa Nacional de Agricultura Familiar
PT	Partido dos Trabalhadores
RS	Rio Grande do Sul
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEMTEC	Secretaria de Educação Média e Tecnológica
SETEC	Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
SP	São Paulo
UNED	Unidade de Ensino Descentralizada
UNIC	Universidade de Cuiabá
ZPE	Zona de Processamento e Exportação

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
CAPÍTULO I	21
RAÍZES HISTÓRICO-TEÓRICAS DO COOPERATIVISMO	21
1.1 Os Princípios Cooperativos	25
1.2 Valores Cooperativos	27
1.3 Cooperativismo Brasileiro.....	27
1.4 Classificação das cooperativas no Brasil	29
CAPÍTULO II.....	30
COOPERATIVAS EDUCACIONAIS.....	30
2.1 Cooperativas-Escolas	31
2.2 Constituição das Cooperativas-Escolas.....	36
CAPÍTULO III	40
COOPERATIVAS-ESCOLAS NA REGIÃO CENTRO-OESTE	40
3.1 Cooperativa-Escola dos Alunos do Centro Federal de Educação Tecnológica de Cuiabá	43
3.2 Cooperativa-Escola dos Alunos do Centro Federal de Educação Tecnológica de Rio Verde-GO	45
3.3 Cooperativa Escola dos Alunos do Centro Federal de Educação Tecnológica de Urutaí-GO	47
3.4 Cooperativa-Escola dos Alunos da Escola Agrotécnica Federal de Cáceres-MT	49
3.5 Cooperativa-Escola dos Alunos da Escola Agrotécnica Federal de Ceres-GO	50
CAPÍTULO IV.....	53
A PARTICIPAÇÃO DOS ALUNOS NA COOPERATIVA-ESCOLA: DIMENSÕES PEDAGÓGICAS	53
CAPÍTULO V	63
A PARTICIPAÇÃO DOS ALUNOS NA COOPERATIVA-ESCOLA: DIMENSÕES POLÍTICAS	63
CONCLUSÕES.....	70
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	74
ANEXOS	77

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa teve como propósito analisar o significado que a participação nas Cooperativas-Escolas e os ideais político-pedagógicos do cooperativismo tiveram para a formação política/cultural dos egressos que atuaram nos Conselhos de Administração ou Conselhos Fiscais das Cooperativas-Escolas dos Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs), e das Escolas Agrotécnicas Federais (EAFs) da região Centro-Oeste, bem como a influência do cooperativismo na trajetória profissional dos mesmos. Procuramos também entender como concebiam o sistema de cooperativas e de que modo eles usaram os valores do cooperativismo e a vivência na Cooperativa-Escola em sua atuação profissional.

Na Região Centro-Oeste, como em outras regiões do país, o processo de implantação dessas Cooperativas-Escolas nos CEFETs e EAFs iniciou-se intensivamente a partir da década de 70, através de uma política do Ministério de Educação e Cultura (MEC), articulada com a Coordenação Nacional do Ensino Agropecuário (COAGRI), que elaborou um manual de diretrizes básicas para o funcionamento das Cooperativas-Escolas,¹ servindo de roteiro e orientação para a constituição das Cooperativas-Escolas dos Alunos nas Escolas Agrotécnicas da Rede Federal de Ensino Agrícola.

As instituições federais de ensino agrícola têm em sua estrutura organizacional as Cooperativas-Escolas. Elas são constituídas por jovens discentes regularmente matriculados nesses estabelecimentos de ensino, e que, durante sua vida acadêmica, têm a oportunidade de: a) desempenhar atividades administrativas nos Conselhos de Administração, de fiscalização, nos Conselhos Fiscais e de acompanhamento e apoio enquanto participante no Comitê Educativo; b) participar das ações cooperativistas; c) atuar efetivamente na cooperativa na condição de cooperado e d) estudar o cooperativismo em sala de aula por ocasião da

¹ Manual de Instruções para Organização e Funcionamento de Cooperativas-Escolas nos Estabelecimentos de Ensino Agrícola, elaborado pela Coordenação Nacional de Ensino Agropecuário, Brasília-DF, 3ª Edição, 1982.

disciplina de associativismo rural, tendo possibilidades de aplicar os conhecimentos teóricos nas Cooperativas-Escolas.

Seus dirigentes são estudantes, em sua maioria jovem de origens diversas, predominando os do meio rural, sem conhecimentos dos valores, sem a experiência e sem a vivência cooperativista. Cada Cooperativa-Escola tem ainda, em sua estrutura organizacional, um Professor Coordenador.

Ao ingressarem na escola, esses jovens se associam à Cooperativa-Escola, exercitam a experiência de votar e de serem votados, pois os cargos e as decisões são definidos através do voto igualitário, isto é, cada pessoa representa um voto, independentemente do seu capital subscrito. Os jovens gerenciam o empreendimento, prestam contas aos seus cooperados e, quando eleitos em assembléia geral a algum cargo nos conselhos existentes, começam a desempenhar as atribuições que a função exige. Esse processo faz com que estudantes cooperados desenvolvam competências, tais como: liderança, relacionamento interpessoal, capacidade de representação de idéias do grupo e persuasão. Desenvolvem habilidades ligadas a um discurso mais elaborado, proveniente de prática e leitura, constituindo-se em um diferencial na formação profissional e proporcionando uma inserção social diferenciada. Essas características da Cooperativa-Escola e as possibilidades de participação política dos jovens cooperados permitem afirmar que se trata de uma organização que pode ser considerada como sendo uma organização democrática.

O Professor Coordenador não pertence ao quadro de cooperados da Cooperativa-Escola. Esse cargo é ocupado por um Servidor pertencente ao quadro funcional da Escola Agrotécnica que, mediante portaria, é indicado por ela, com as atribuições de orientar os cooperados, principalmente nos órgãos de administração e fiscalização, além de ser o elo entre a direção da escola e a Cooperativa-Escola e vice-versa.

A minha vivência com o cooperativismo, tanto como estudante, quanto como educador, me proporcionou conhecimentos e provocou a intenção de aprofundar o entendimento e refletir sobre o fazer da educação cooperativa e da importância dos seus valores na formação dos estudantes das Escolas Agrotécnicas.

Sendo de origem rural, filho de professores da rede pública municipal e pecuaristas de médio porte no município de Jataí-GO, foi o que despertou meu interesse para as

atividades rurais, motivando o ingresso em uma escola que oferecesse o curso de Técnico em Agropecuária.

Em 1977 tive a oportunidade de participar do processo seletivo para ingressar na Escola Agrotécnica Federal de Rio Verde-GO, hoje denominada de Centro Federal de Educação Tecnológica de Rio Verde-GO (CEFET-Rio Verde-GO). Fui aprovado e ingressei no curso de Técnico em Agropecuária, o qual vim a concluir em novembro de 1979, após a realização do estágio curricular obrigatório para a conclusão do curso, na cidade de Jataí-GO, em uma empresa de atuação na área de planejamento rural, assistência técnica e assessoria na organização social de pequenos produtores rurais.

Durante esse período acadêmico fiz parte da Cooperativa-Escola dos Alunos da Escola Agrotécnica Federal de Rio Verde-GO, na condição de cooperado, participando das reuniões, trabalhando junto com os outros associados. Isso me despertou o interesse para a importância das organizações coletivas e, também, para a necessidade de conhecer mais sobre o cooperativismo, pois acreditava que seria uma das saídas, talvez a mais prática, para suprir e satisfazer nossas aspirações pessoais, tanto no aspecto econômico, quanto social, cultural e político.

Em 1980, através da COAGRI, nessa ocasião o órgão responsável por coordenar o ensino agrícola federal no país, com sede em Brasília e vinculado diretamente ao Ministério de Educação e Cultura, fui submetido a uma seleção para o cargo de professor e, em seguida, designado para Mato Grosso, com o propósito de trabalhar na Escola Agrotécnica Federal de Cuiabá, hoje denominada de Centro Federal de Educação Tecnológica de Cuiabá-MT (CEFET Cuiabá). Lá, nos anos seguintes concluí o Curso de Licenciatura em Ciências Agrícolas na Universidade Federal de Lavras-MG e, o Curso de Especialização em Cooperativismo pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos-RS.

Ocupei vários cargos na estrutura funcional do CEFET-Cuiabá, chegando ao cargo de Professor-Coordenador da Cooperativa-Escola, cargo que desempenhei até o ano de 1998. Hoje sou responsável pela disciplina de Associativismo Rural para alunos dos cursos técnicos profissionalizantes das áreas de agropecuária, zootecnia, agricultura e agroindústria, propiciando-lhes embasamento teórico e orientação para a prática cooperativista.

No levantamento documental e estudos sobre cooperativas educacionais, especificamente as Cooperativas-Escolas, confirmou-se a relevância da discussão sobre a

formação político-pedagógica dos estudantes que participaram dessa experiência cooperativista. Busquei, então, evidenciar a importância de aprofundar o tema nas instituições de ensino agrícola, basicamente as da rede federal, onde se desenvolve essa experiência em nossa região, como forma de conhecer a sua estrutura e saber em que medida ela teria facilitado a formação política e pedagógica dos egressos que vivenciaram uma Cooperativa-Escola.

Para obtenção de dados utilizei como fonte documental: atas, estatutos sociais e documentos registrados em cartórios; realizei entrevistas semi-estruturadas com egressos dos CEFETs e EAFs que participaram dos Conselhos de Administração e Conselhos Fiscais das Cooperativas-Escolas.

Das Cooperativas-Escolas estudadas, selecionei 07 (sete) egressos, sendo eles: 04 (quatro) egressos do CEFET-Rio Verde-GO, 02 (dois) egressos da EAF-Cáceres-MT e 01 (um) egresso do CEFET-Cuiabá-MT, que se enquadraram dentro da caracterização proposta. Os critérios para a seleção dos egressos foram os seguintes: primeiramente que fossem ex-cooperados e que tivessem feito parte do Conselho de Administração ou do Conselho Fiscal, que tivessem desenvolvido atividades correlatas à prática cooperativista e que se destacam ou destacaram em alguma atividade política na sua região. Para a pré-seleção dos entrevistados, tivemos o auxílio dos atuais Professores Coordenadores das Cooperativas-Escolas.

Numa perspectiva de pesquisa qualitativa, adotei a aplicação de entrevistas semi-estruturadas, cujo roteiro foi elaborado previamente, mediante informações e conhecimentos adquiridos a partir das leituras que dão base teórica ao trabalho e da minha prática como Professor Coordenador da Cooperativa-Escola. Foi elaborado um roteiro de questões para as entrevistas dividido em 04 blocos, sendo: (i) identificação pessoal; (ii) participação na Cooperativa-Escola; (iii) avaliação da experiência na Cooperativa-Escola; e (iv) posições e vivências político-pedagógicas.

As entrevistas semi-estruturadas foram realizadas nas cidades em que residem os selecionados, no próprio local de trabalho, não afetando suas atividades de rotina. Os relatos foram gravados e posteriormente transcritos na íntegra e analisados.

Os entrevistados foram receptivos, demonstrando satisfação em participar do trabalho, o que enriqueceu e permitiu o aprofundamento na temática da pesquisa. Procurei enfatizar os aspectos: i) organizacionais (atas, prestação de contas, organograma); ii) estruturais

(constituição, participação de capital, sobras e prejuízos), iii) políticos (tomadas de decisões, assembleias, eleições) e, iv) pedagógicas (eventos, visitas técnicas, dias de campo, torneios), buscando evidenciar a importância da vivência cooperativista na sua formação profissional e política.

Dentro do roteiro proposto, a idéia inicial era visitar todas as Cooperativas-Escolas indicadas para a pesquisa. No entanto, com base no que a documentação e a bibliografia estudada sobre as Cooperativas-Escolas indicaram, constatei que elas tinham as mesmas características e obedeciam aos mesmos critérios de constituição e funcionamento, tornando desnecessária essa idéia.

Como essa experiência cooperativista é desenvolvida basicamente nas EAFs e CEFETs, ressalta-se a importância de contextualizar e procurar entender o papel político-pedagógico das Cooperativas-Escolas. É relevante sua condição de propulsora de uma educação cooperativista, oportunizando ao aluno cooperado entender os conhecimentos adquiridos durante o período acadêmico, mediante sua aplicabilidade direta na Cooperativa-Escola, além de envolvê-los nos aspectos democráticos, políticos, sociais e gerenciais do agronegócio, ponto de grande relevância na região Centro-Oeste do país, devido às imensas potencialidades existentes no contexto produtivo e industrial da agricultura e pecuária.

O trabalho se organiza em cinco capítulos. O primeiro capítulo relata a história do cooperativismo, a partir de sua origem, enfocando os aspectos ideológicos e organizacionais do sistema cooperativista mundial e brasileiro, classifica as cooperativas quanto a sua forma de atuação e composição do quadro social, caracteriza a importância dos valores e princípios cooperativistas.

O segundo capítulo descreve a organização e o funcionamento das Cooperativas-Escolas. Procuramos relatar as transformações que ocorreram nessas cooperativas, especificamente, as constituídas nas instituições federais de ensino do país.

O terceiro capítulo enfoca as Cooperativas-Escolas da região Centro-Oeste, situando-as nos municípios em que estão instaladas, relatando a sua importância para a região e para a formação dos jovens estudantes das Escolas Agrotécnicas e CEFETs.

O quarto capítulo mostrar a importância da Cooperativa-Escola nos aspectos pedagógicos, buscando verificar como essa oportunidade de vivência na cooperativa

contribuiu na formação desses jovens, e de que forma eles conciliavam a formação técnica e na participação de sua administração.

O quinto capítulo objetiva mostrar a importância dos aspectos políticos dessa participação na Cooperativa-Escola, buscando focalizar as contribuições da prática cooperativista na formação política do aluno e posteriormente na sua trajetória e atuação.

Na Conclusão, reitero a importância das Cooperativas-Escolas na formação dos jovens, predominantemente do meio rural de modo que se perceba a influência que os valores e a prática cooperativista tiveram na trajetória e experiência profissional desses egressos e para uma participação política comprometida com uma sociedade mais democrática.

CAPÍTULO I

RAÍZES HISTÓRICO-TEÓRICAS DO COOPERATIVISMO

As primeiras cooperativas surgiram no início do século XVIII, especialmente na Inglaterra e na Alemanha. Constituiu a primeira cooperativa formal a iniciativa tomada em Rochdale, na Inglaterra, no ano de 1844, por um grupo de trabalhadores, tecelões, cujos princípios se tornaram referência para todo o movimento cooperativista internacional.

Rech (2000), resgatando a história, observa que tipos semelhantes de organização apareceram muito antes do séc. XVIII, com experiências dos povos do Egito, Grécia e América. Afirmando ainda que:

Somente no século XIX, é que as cooperativas se consolidaram no modelo atual. Apesar do seu funcionamento ser semelhante em quase todo o mundo, o seu conteúdo ideológico costuma apresentar perspectivas muito diferenciadas que podem ser resumidas em duas grandes posições: a socialista e a capitalista (RECH, 2000, p.10).

Sob o ponto de vista dos socialistas utópicos, a cooperativa era considerada o caminho para uma nova ordem econômica e social, sendo seus grandes expoentes teóricos os ingleses Robert Owen, Fourier, Saint-Simon e outros. Sua época marcante aconteceu na metade do Século XIX, e o socialismo materialista, ou científico, a partir de 1848, com o *Manifesto Comunista*, de Marx.

Conhecedores das mazelas do capitalismo desde a sua origem, e envolvidos em manifestações acirradas da classe operária, os socialistas viam na cooperativa o embrião de

uma nova sociedade, onde as pessoas poderiam trabalhar conjuntamente, libertando-se do jugo do capital e suprimindo interesses pessoais e coletivos.

No decorrer da história do século XIX essa forma socialista de ver as cooperativas tomou dois rumos, assim definidos: o primeiro, cujos nomes mais representativos foram do próprio Robert Owen, Charles Fourier e Ferdinand Lasalle, via na cooperativa um instrumento de luta para a superação do capitalismo, em busca de um sistema socialista, ou seja, as cooperativas se constituíam numa etapa ou passo em direção a implementação do socialismo. O segundo, representado por Charles Gide, que interpreta a possibilidade de substituição do sistema capitalista por uma República Cooperativa, propunha a organização de todos os setores da economia em um sistema cooperativista. Nesse sistema a soberania seria do consumidor e as relações de mercado, mediadas pelas próprias cooperativas, beneficiariam a todos.

No entanto, as iniciativas concretas em estados socialistas, já no século XX, não seguiram tão entusiasticamente as propostas desses pensadores, ainda que, principalmente na União Soviética e na China, tenham definido a organização de quase toda a sua população camponesa de forma cooperativada.

Em geral parece-nos que as experiências socialistas, mesmo que tenham exercido uma importante influência na organização dos camponeses, sempre foi interpretada como instrumento complementar nos planos de coletivização governamental e não como iniciativa autônoma dos trabalhadores. Sendo assim, podemos afirmar que as cooperativas, nos países socialistas, foram constituídas, de modo geral, para serem utilizadas como um meio de suprir deficiências nas economias fundadas em planejamento centralizado, sob a tutela do Estado.

De acordo com Schneider (1991, p.33), “esse novo modelo conceitual, inspirado na doutrina cooperativista foi construído e aperfeiçoado na vivência fática situada entre meados do Século XVIII até a fundação da cooperativa matriz em Rochdale”.

Apesar das diferenças ideológicas fundamentais entre o socialismo e o capitalismo existem exemplos interessantes de formas de organizações comunitárias. Segundo Rech,

Israel, mesmo sendo um país essencialmente capitalista, também implementou uma forma típica de cooperativa socialista, com os seus *Kibutz* (espécie de cooperativa comunitária de produção agrícola) ou os *Moschav* (comunidade de agricultores na

qual cada um dirige sua granja, sendo o cooperativismo praticado nas operações de compra e venda), ou os *moshav shituf* (com uma só empresa agrícola explorada em comum por todos os habitantes de uma determinada região e cujas rendas são distribuídas entre as famílias segundo suas respectivas necessidades). A propriedade da terra é do estado e a cooperativa é pensada como se fosse uma *aldeia*, com sua vida própria e suas relações consolidadas (RECH, 2000, p.14).

Já os liberais e fisiocratas capitalistas entendiam as cooperativas como corretivo dos defeitos do sistema capitalista.

Ainda segundo Rech,

Esta perspectiva, um tanto romântica, é, e conveniente é na verdade, a assumida nos países capitalistas e tornou-se a base da nossa legislação e política cooperativista. Nesse caso a cooperativa viria atenuar as características egoísticas e concentradoras de capital do sistema vigente. Esta foi uma das preocupações que o grupo de cidadãos de Rochdale teve presente quando fundou a primeira cooperativa oficial da história moderna. (Op. cit. 2000, p.15).

O grande dilema histórico que se lhes apresentou foi o de que o contrato de trabalho e dos negócios, teoricamente fundado na livre decisão entre as partes, acabava sendo unilateral e produzia uma escravidão tão grande ou maior do que a existente na Idade Antiga.

Mesmo com a defesa dos economistas clássicos e fisiocratas, a excelência do novo sistema capitalista (onde haveria uma harmonia entre as pessoas, seus interesses e necessidades, e a sociedade ou grupos) não acontecia, porque a concentração da riqueza e do poder e o uso da força continuaram impondo a dominação de um pequeno grupo sobre a maioria.

Para suavizar esta dominação e injustiça, fórmulas foram elaboradas, teorias foram desenvolvidas, métodos foram oferecidos. Os socialistas, por um lado, os liberais por outro, e os intervencionistas pelo meio propunham uma fórmula intermediária que poderia ser o estado, a família, a igreja e, finalmente, a cooperativa.

Por isso é que, nas primeiras experiências de cooperativa, entre as quais se situam os pioneiros de Rochdale, imediatamente foi apresentada a proposta da eliminação do lucro (pela retenção do excedente e retorno apenas de sobras) e, depois, o fim da concorrência interna e a simplificação da repartição dos ganhos (quando tudo é colocado em comum, como nos *Kibutz* israelenses).

Conforme Schneider,

Talvez tenha sido esse o pioneirismo na criação de uma entidade de cunho social, cuja finalidade era solucionar problemas econômicos, ao mesmo tempo em que tentava sobrepor ao tipo de entidade existente na época, cujo enfoque era essencialmente econômico-produtivo, ou seja, preocupava somente com os aspectos financeiros. Caracterizada como uma empresa que conseguia conciliar o respeito pelas pessoas, sociedade de pessoas, participativo, com primazia do trabalho sobre o capital, e com inspiração na auto-ajuda comunitária, orientava-se na crescente melhoria da prestação de serviços aos seus reais donos e usuários (SCHNEIDER, 1991, p.29).

Na Europa essa perspectiva de correção do sistema capitalista tomou mais fôlego, em torno de 60% da população era cooperativista no ano de 1965. Atualmente, as cooperativas de produção são responsáveis pela colocação de grande parte dos produtos agrícolas no mercado, especialmente na Suécia, Dinamarca, Finlândia e Noruega. Na Inglaterra e Suécia, cerca de 50% das famílias estão vinculadas as cooperativas de consumo. Nos Estados Unidos ocorre uma expressiva organização em cooperativas de eletrificação.

Para compreender o caminho histórico da formação cooperativista permeado por filosofia capitalista em alguns momentos e em outros pela filosofia socialista vale lembrar do que diz Rodrigues²,

Desde a constituição da primeira cooperativa em Rochdale, há mais de um século e meio atrás, o cooperativismo foi considerado como a terceira via para o desenvolvimento econômico e social, entre o capitalismo e o socialismo. Fluía como um rio entre duas margens, como opção entre esses regimes. E cresceu desenvolvendo-se como uma grande onda que atingiu todos os povos. Foi a primeira onda da história da cooperação. No final dos anos 90, as duas margens se desmoronaram (sic): o socialismo desapareceu e o capitalismo se transformou (RODRIGUES, 2001, p. 08).

Assim, podemos acreditar que a prática cooperativista vem como uma possibilidade de concretizar um sonho da democracia de diminuir desigualdades e unir povos.

² Primeiro brasileiro, a assumir a Presidência da Aliança Cooperativista Internacional, período de 1997 a 2001 e atualmente Ministro da Agricultura do Brasil.

1.1 Os Princípios Cooperativos

Ao fundarem a sua cooperativa em 1844, os pioneiros de Rochdale decidiram formular um conjunto de princípios e valores, buscando o conhecimento dos precursores do cooperativismo para servir como base para ao funcionamento da sua organização. Posteriormente, Congressos Internacionais foram estudando, reafirmando, modificando e adaptando outros princípios sem perder aquela essência contida nos princípios originais. E deles nos valem até os dias de hoje.

A evolução do pensamento cooperativista, na avaliação de Pinho (1982), passa, necessariamente, pelos pioneiros de Rochdale, pela escola de Nimes e pela posição da Aliança Cooperativa Internacional (ACI).

A ACI³ foi fundada em 1895, especialmente por iniciativa de líderes cooperativistas franceses, ingleses e alemães, cuja principal missão, conforme destaca Pinho (1982, p.36) “foi a de incorporar as idéias doutrinárias cooperativistas sistematizadas por Charles Gide (1847-1932) e dar caráter normativo à parte referente ao consumo, que se constituía na base do cooperativismo mundial”.

Os princípios cooperativistas na versão atualizada, definidos e consolidados pela Aliança Cooperativista Internacional, são:

a) Adesão voluntária e livre - As cooperativas são organizações voluntárias, abertas para todas aquelas pessoas dispostas a utilizar os seus serviços e aceitar as responsabilidades inerentes a sua condição de associado, sem discriminação de gênero, raça, classe social, posição política ou religiosa.

b) Gestão democrática pelos sócios - As cooperativas são organizações democráticas, controladas pelos seus membros, os quais participam ativamente da definição de suas políticas e na tomada de decisões. Os homens e mulheres, eleitos para representarem a sua cooperativa, respondem por suas responsabilidades, frente aos associados. Nas cooperativas de base, os associados têm igual direito de voto (um associado, um voto). As

³ Aliança Cooperativista Internacional, criada em 1985, organização não governamental e de representação máxima do cooperativismo mundial, com sede em Genebra (Suíça), congrega cooperativas de 05 Continentes.

cooperativas de outros níveis (centrais e confederações de cooperativas), também devem se organizar com procedimentos democráticos.

c) Participação econômica dos sócios - Os associados contribuem de maneira eqüitativa e controlam de maneira democrática o capital da cooperativa. Pelo menos uma parte desse capital é propriedade comum da cooperativa. Usualmente, recebem uma compensação limitada, se for possível, sobre o capital subscrito como condição de fazer parte da cooperativa. Os associados contribuem com a cooperativa e as sobras existentes são distribuídas da seguinte maneira: uma parte no desenvolvimento da cooperativa através da criação obrigatória de fundos de reserva e de assistência técnica e social, os quais, retêm um percentual do total, estipulado em estatuto e obedecendo a um mínimo legal. E a outra parte beneficia os associados proporcionalmente às suas transações com a cooperativa; e no apoio a outras atividades, segundo decisão da assembléia⁴ dos associados.

d) Autonomia e independência - As cooperativas são organizações autônomas, de ajuda mútua, controladas por seus associados. Caso entrem em acordo com outras organizações (inclusive governos), ou busquem capital de fontes externas, devem realizar essas iniciativas somente na medida em que possa ser assegurado o controle democrático por parte dos associados, mantendo-se a autonomia da cooperativa.

e) Educação, formação e informação - As cooperativas devem oferecer educação e capacitação aos seus associados, a seus dirigentes eleitos, gerentes e empregados, de tal maneira que contribuam eficazmente no desenvolvimento de suas cooperativas. As cooperativas informam também ao público em geral, principalmente aos jovens e aos pesquisadores sobre a natureza e os benefícios do cooperativismo. Esse princípio torna-se fundamental na Cooperativa-Escola, pois ela se trata de uma instituição formadora de agentes que futuramente irão desenvolver na prática a vivência de gestão, ou seja, a de administrar o seu próprio negócio, com consciência política e maior segurança nas ações que irão realizar. Por estar presente constantemente no desenvolvimento das práticas cooperativistas, esse princípio será aprofundado no decorrer da pesquisa.

⁴ Assembléia é uma reunião de pessoas (cooperados), com o objetivo de discutir assuntos de interesse da sociedade. Existem dois tipos: Assembléia Geral Ordinária e Assembléia Geral Extraordinária. E é na Assembléia Geral Ordinária que discutem os destinos das sobras do exercício social da cooperativa.

f) Cooperação entre cooperativas - As cooperativas servem os seus associados e fortalecem os movimentos cooperativistas, trabalhando, de maneira conjunta, por meio de estruturas locais (centrais), regionais (federações), nacionais (confederações) e internacionais.

g) Interesse pela comunidade - A cooperativa trabalha para o desenvolvimento sustentável da sua comunidade através de políticas definidas por seus associados.

1.2 Valores Cooperativos

As cooperativas se baseiam nos valores da ajuda mútua. Seguindo a tradição de seus fundadores, os membros cooperados acreditam nos valores éticos da democracia, equidade, solidariedade, honestidade, transparência, responsabilidade social e preocupação pelos demais integrantes. Caracterizado por uma preocupação com a coletividade em detrimento dos interesses individuais, podemos afirmar que esses princípios e valores são responsáveis pela manutenção e diversidade das formações cooperativadas atuais, encontradas como forma de organização das mais diferentes classes sociais.

1.3 Cooperativismo Brasileiro

No Brasil, as primeiras experiências começaram ainda no século passado, especialmente no estado de São Paulo, mas sempre era insignificante a participação percentual da população, mesmo porque jamais a iniciativa foi efetivamente apoiada pelos políticos e autoridades locais. Leis brasileiras interviam nas cooperativas e a pouca tradição de iniciativas econômicas coletivas levaram a poucos êxitos.

Ocorreu no Sul, na década de 60, considerado o auge do cooperativismo no Brasil, a concentração de cooperativas. “Apesar de números relativamente baixos, em torno de 4.000 cooperativas em todo o território nacional, o número de sócios, no ano de 1960, era de 1.873.150” (RECH, 2000, p.16).

Em 1971 foi criada, pelo governo militar, a Lei 5.764/71, com o objetivo de regulamentar o cooperativismo brasileiro, a qual vigora até os dias de hoje.

Inúmeras experiências, advindas principalmente dos trabalhadores, na busca de saídas para questões de emprego e melhores condições de vida, encontraram barreiras para o seu desenvolvimento. Até certo ponto isso se justificava porque a absorção da idéia cooperativa, pelo sistema capitalista, inviabilizava as possibilidades da cooperação total e, com exceção de algumas experiências em países com tradição cultural coletivista, as cooperativas capitularam, quase sempre ao predomínio do capital e acabaram por pender muito mais em direção a empresas com características profundamente comerciais. Além disso, a concorrência, o lucro, apesar de ser denominado de sobras, nem sempre eram considerados nas operações coletivas.

Nesse sentido Rech afirma que,

No mundo não existe um modelo único de cooperativa. Infelizmente, no entanto, de modo geral, a proposta cooperativista construída pelo grupo de trabalhadores de Rochdale acabou por ser a referência para quase todos os lugares. Claro que, dependendo dos estágios democráticos de cada país a cooperativa foi assumindo características comunitário-participativas mais ou menos avançadas. É o caso dos países onde a democracia deixou de ser mero discurso político para se transformar em benefício e direito se não de todos pelo menos da maioria dos seus cidadãos, como a Suécia, a Noruega e Israel (RECH, 2000, p.21).

Isso mostra a importância do sistema cooperativista quanto à formação do seu quadro social e a possibilidade de navegar nos setores da economia (produção, consumo, trabalho, indústria, comercialização, educação, saúde) de uma forma livre e beneficiando a toda uma coletividade.

Dentro de característica própria e fundamentada em valores humanos e dignidade pessoal, a cooperativa busca a solução de problemas que, individualizados, dificultam a sua realização. Objetiva buscar resultados econômicos através de programas de prestação de serviços, desenvolvimento cultural e profissional, solidificados numa estrutura administrativa eficiente, qualificada, confiável e respeitável, visando sempre os resultados coletivos.

Sendo uma prestadora de serviços, é necessário que os cooperados aprovelem e definam suas metas com base nas necessidades e com um estudo claro de viabilidade

econômica. Os resultados garantem a sobrevivência da empresa e beneficia os associados com uma margem de retorno. No entanto, isso só será possível se houver participação, responsabilidade e profissionalismo de todos os associados.

1.4 Classificação das cooperativas no Brasil

Tradicionalmente, as cooperativas são classificadas por sua natureza, variedade de funções e nível de organização, conforme dispõe o artigo 10º da Lei 5.764/71. Porém, compete a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), apreciar e caracterizar as cooperativas de acordo com a sua principal atividade, que são: (i) cooperativas de crédito, (ii) cooperativas de consumo, (iii) cooperativas agropecuárias, (iv) cooperativas de produção, (v) cooperativas de trabalho, (vi) cooperativas de saúde, (vii) cooperativas habitacionais, (viii) cooperativas minerais (ix) cooperativas de infra-estrutura, (x) cooperativas especiais, (xi) cooperativas de turismo e lazer, e (xii) cooperativas educacionais.

No capítulo II aprofundaremos a discussão sobre as cooperativas educacionais devido as Cooperativas-Escolas pertencerem a esse grupo e por fazerem parte e estarem vinculadas ao objeto dessa pesquisa.

CAPÍTULO II

COOPERATIVAS EDUCACIONAIS

Este segmento de cooperativas será especificado, por se tratar das cooperativas educacionais, organizações que têm como objetivo melhorar a qualidade do ensino e o desenvolvimento intelectual dos estudantes através de uma metodologia moderna combinada com a atuação de profissionais capacitados. Configuram uma alternativa a mais de ensino, pois em essência, são estabelecimentos educacionais, em que o cooperado é usuário do seu próprio empreendimento.

Na classificação de cooperativas incluem-se várias formas de organização, caracterizadas de acordo com a formação do seu quadro social (cooperados), podendo assim se diferenciar: cooperativa de pais, cooperativa de pais e professores, cooperativa de professores e cooperativa de alunos.

Não há nada que impeça o ramo cooperativista educacional de ampliar as suas atividades e desenvolver, também, as habilidades profissionais na área de indústria, informática, artes plásticas, culinárias, outras, além da agropecuária, que particularmente enfocada aqui, da sustentação à implantação das Cooperativas-Escolas, principalmente nas escolas agrícolas. Conseqüência da sua característica principal, que é do aprender fazendo, o aluno atua na prática, aplicando os conhecimentos teóricos e gerando uma produção que resulta em receita para a própria instituição e seu grupamento social.

Com essa possibilidade o Ministério da Educação e Cultura-MEC, através do Decreto nº 81.454, de 1703/78, regulamentou a implantação da Coordenação Nacional do Ensino Agropecuário-COAGRI, órgão de coordenação do ensino agrícola federal, que entre as suas atribuições era responsável por orientar a constituição das Cooperativas-Escolas nos Colégios Agrícolas Federais. Através de reuniões e regulamentação constitutivas implantam-

se essas Cooperativas-Escolas, obedecendo às instruções normativas comuns a todas, independentemente de estarem inseridas em regiões diferenciadas.

2.1 Cooperativas-Escolas

As Cooperativas-Escolas, nas instituições federais de ensino, tiveram seu início na década de 60, a partir da implantação do sistema escola-fazenda nos colégios agrícolas. Tratou-se de um modelo diferenciado da maioria dos outros estabelecimentos de ensino, pois permitia aos alunos participarem dos projetos de ensino-produção em todo o seu ciclo de desenvolvimento, compreendendo desde o projetar, executar, industrializar e comercializar.

Veja o que afirma Luz Filho,

As cooperativas escolares são instituições circum-escolares, formadas pelos alunos de um determinado estabelecimento de ensino que se propõe a iniciar seus associados na prática, em pequena escala, de todas ou de algumas formas de cooperativas econômicas, centralizando em torno das cooperativas escolares as obras escolares anexas, e fazendo da escola uma verdadeira comunidade de trabalho, uma organização viva de educação social, eficiente e prática (LUZ FILHO, 1955, p.47).

Nesse sistema, a Cooperativa-Escola passava a gerenciar os projetos da fazenda, apoiando-os financeiramente, através de recursos repassados pelo Governo Federal. Executava os projetos e proporcionava o destino da produção, encaminhando-a aos setores e departamentos existentes. Os setores eram compostos de: refeitório, outros projetos, almoxarifado da escola e comercialização.

Precisamente em 1968 passou à cooperativa escolar, denominação da época, a integrar os mecanismos pedagógicos da formação profissional em agropecuária. Devido à amplitude alcançada por essas cooperativas, surgiram as primeiras dificuldades para o seu funcionamento pleno, pois as cooperativas escolares estavam somente como instituição de fato e não de direito, habilitadas somente a realizar a venda de materiais escolares aos seus associados. Outra limitação era não estar registrada na Receita Federal, Estadual e Junta Comercial, o que impedia a comercialização com terceiros e dificultava o escoamento da

produção e, conseqüentemente, a movimentação de capital de giro, provocando o estrangulamento do sistema escola-fazenda.⁵

Por ocasião do VIII Congresso Brasileiro de Cooperativismo, realizado em outubro de 1975, foi aprovada a proposição formulada pela COAGRI, que solicitava a regulamentação de cooperativas constituídas por alunos e egressos das escolas agrícolas. Essa proposição tinha por finalidade promover a educação cooperativista e a comercialização dos produtos agropecuários resultantes das práticas de ensino. Apesar disso, não aconteceram ações concretas para a efetivação dessa proposta, o que resultou na continuidade de estudos que levassem as alternativas para superar os obstáculos identificados anteriormente.⁶

Em julho de 1978, no III Encontro de Diretores de Escolas Agrícolas, Chefes da Seção de Projetos Agropecuários, representantes do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), concluíram que, para viabilizar os trâmites legais do processo de fundação e legalização das Cooperativas-Escolas dos alunos nos colégios agrícolas federais da rede COAGRI, era imprescindível a elaboração de um documento que definisse as diretrizes gerais de funcionamento dessas cooperativas.⁷

A COAGRI, através do seu Departamento Técnico Pedagógico, criou um manual de instruções para a organização e funcionamento de Cooperativas-Escolas nos estabelecimentos de ensino agrícola, sendo a 3ª edição de julho de 1982, obedecendo aos requisitos legais impostos pela legislação em vigor. Esse manual serviu como instrumento para a constituição e regulamentação das Cooperativas-Escolas implantadas em todas as escolas agrícolas do território brasileiro.

Convém ressaltar que ainda persistiram, por parte do INCRA, impedimentos legais, tais como: livre ingresso aos alunos de 2º grau na cooperativa, impossibilidade da mesma realizar operações comerciais com terceiros e inadequações da própria razão social da cooperativa constituída.

O Conselho Nacional de Cooperativismo (CNC), em Sessão realizada em 09 de fevereiro de 1982, com base no que dispõe nos incisos I, II e VIII do artigo 97, da Lei nº

⁵ O Sistema Escola Fazenda implantado nos colégios agrícolas do país, por volta de 1968, consiste em agrupar os diversos segmentos que fazem parte da instituição de ensino envolvendo-os em objetivos comuns, faz parte desse sistema as unidades de produção, cooperativa, refeitório, almoxarifado, docentes e discentes.

⁶ Extraído do Manual de Instruções para Organização e Funcionamento de Cooperativas-Escolas nos Estabelecimentos de Ensino Agrícola (COAGRI, 1982, p.15).

⁷ Ibid, id. p. 15

5.764/71, criou a Resolução CNC nº 23/82, que regulamenta a organização e funcionamento das Cooperativas-Escolas, sendo publicada no Diário Oficial da União (DOU) em 15 de fevereiro de 1982, p.2766.

A Resolução 23/82 normatizou inúmeras questões, dentre elas: (i) a cooperativa organizada por alunos de estabelecimento de ensino agrícola classifica-se como Cooperativa-Escola; (ii) além dos alunos integrantes do respectivo estabelecimento de ensino agrícola, poderão associar-se à Cooperativa-Escola o próprio estabelecimento e entidades a que o mesmo esteja vinculado; (iii) o estabelecimento de ensino se fará representar na Cooperativa-Escola por um professor-coordenador, com atribuições de coordenar suas atividades pedagógico-operacionais e poderes para, junto com a Diretoria da Cooperativa-Escola praticar todos os atos administrativos na forma do estatuto, (iv) determina os objetivos básicos da Cooperativa-Escola; (v) ao processo de autorização e registro da Cooperativa-Escola se aplica o disposto no artigo 18 da Lei 5.764/71; (vi) oportuniza o ingresso na Cooperativa-Escola de alunos de qualquer grau de ensino agrícola, maiores de 12 anos; (vii) A incapacidade dos menores, relativa ou absoluta, será suprida na forma da legislação civil, (viii) a Cooperativa-Escola será administrada e fiscalizada somente por associados civilmente capazes, podendo contar com um Conselho de Representantes integrado por associados maiores de 16 anos, e, (ix) a Cooperativa-Escola será sempre de responsabilidade limitada.

Essa resolução colocou a cooperativa como um instrumento representativo do corpo discente, buscando uma educação integral calcada nos princípios do cooperativismo, servindo ainda como órgão catalisador do trinômio ensino/aprendizagem/produção. Para dinamizar a área pedagógica foi necessária a adequação curricular, incluindo a disciplina de associativismo rural como um dos componentes do processo de formação integral do técnico. No entanto essa cooperativa da forma como estava estruturada, ainda não atendia plenamente as exigências pedagógicas e administrativas peculiares ao ensino agrícola.

Através da análise de relatórios anuais e das exigências vivenciadas pelas escolas, constatou-se que a administração da fazenda-escola, pela cooperativa, por força de contrato, possibilitaria uma assistência mais eficaz aos projetos, dada a maior flexibilidade na aplicação dos recursos. Essa sistemática proporcionaria, ainda, maior facilidade na comercialização da produção, maior integração entre as seções da escola e, principalmente, oportunizaria aos alunos a prática de atividades inerentes ao funcionamento da cooperativa.

Citamos parte do parecer do Dr. Edgar da Silva P. Ramos, representante do MINTER que no intuito de assegurar a legalização dos atos administrativos da instituição tendo em vista essa ser constituída de alunos como avanço no processo de organização e funcionamento de cooperativas em escolas agrícolas. Acaba por clarificar a percepção que o sistema governamental da época tinha acerca da educação de jovens do meio rural no sistema cooperativo e também qual o resultado que se esperava do processo:

Desejamos deixar bem claro ao Egrégio Conselho Nacional de Cooperativismo que o objetivo principal da COORDENAÇÃO NACIONAL DO ENSINO AGROPECUÁRIO é atender a princípio pedagógico que norteia as suas atividades e com isso, também, se aliar ao INCRA na formação de novos Técnicos em Cooperativismo, para que possamos juntos, fazer deste País (sic), um país realmente grande em termos agrícolas como que a necessidade do crescimento demográfico mundial.

Nada mais conforme a doutrina, que traz em si a vocação de proselitismo, do que acostumar os jovens à prática cooperativa. Negá-lo, em nome do rigor doutrinário, seria, data vênua, “matar o doente com o remédio”. A importância de valorização rural, aliada ao aprendizado cooperativista, é, sem dúvida, a mais importante decisão em favor do fortalecimento do Movimento⁸

Merece destaque o pronunciamento do Dr. Luiz Augusto Fernandes, MD Secretário Executivo do CNC, que chama a atenção para a fala do ministro no sentido desse parecer retirar da cooperativa um de seus pilares, ou seja:

À primeira vista, tal situação, parece ferir o princípio de autonomia, tão caro ao cooperativismo. Para muitos isto poderia ser suficiente para invalidar o “status” de cooperativa a tal tipo de organização. Porém, por ser uma cooperativa escolar, ela passa a ser, sob certa forma, uma “cooperativa experimental” e probatória, onde o aluno é submetido a uma espécie de “catecumenato” no aprendizado cooperativista, precisando, pois, de apoio e do acompanhamento de uma pessoa adulta e experimentada, versada em doutrina cooperativista e em administração cooperativa, na pessoa do professor orientador. A ele cabe a função pedagógica de orientar, sugerir, estimular a assunção de responsabilidades dentro da cooperativa, por parte do alunado, sem assumir uma função diretiva, paternalista e muito menos coercitiva, dando-lhes todas as condições e alternativas para que possam decidir livre e responsabilmente.⁹

O Sistema Escola Fazenda, que gerenciava a instituição educacional, facilitava o funcionamento da Cooperativa-Escola, recebendo dela insumos para desenvolver os seus

⁸ Extraído do Manual de Instruções para Organização e Funcionamento de Cooperativas-Escolas nos Estabelecimentos de Ensino Agrícola (COAGRI, 1982, p.17).

⁹ Ibid, id. p.18.

projetos didático-pedagógicos, executava, prestava contas para os órgãos de supervisão e o excedente era reaplicado na Cooperativa-Escola.

No período do governo Collor de Mello, 1991-1992, o então Presidente resolve interromper com o repasse da subvenção econômica a Cooperativa-Escola. Isso traz uma crise muito grande a cooperativa. Ameaçada de ser liquidada, ela, necessariamente teve que se reestruturar e adequar-se a uma nova forma de funcionamento. Isso fez com que se reunissem todas as Cooperativas-Escolas da rede federal de ensino, direção das escolas e representantes do MEC, para discutir a situação e encontrar uma saída de sobrevivência para o setor, pois, sem essa fonte financeira, jamais essas cooperativas conseguiriam se restabelecer.

Após inúmeras discussões a saída que parecia ser a mais procedente foi a de consolidar um contrato de prestação de serviços entre a Cooperativa-Escola e o estabelecimento de ensino. Para legalizar, o MEC publicou uma portaria autorizando a realização desse contrato entre parceiros. As escolas foram se adaptando, gradativamente, à nova orientação. Para tornar legal o contrato elaborava-se a minuta desse convênio com parecer jurídico, publicava-se no boletim informativo de circulação interna, passava para aprovação junto ao MEC e depois de aprovado, inicia-se a execução conforme as cláusulas contratuais. Essa nova maneira de atuação fez com que as Cooperativas-Escolas tivessem uma menor atuação no que tange a produção, isenta dessa responsabilidade técnica, pois fica exclusivamente sob responsabilidade da escola.

A Cooperativa-Escola, utilizando sua estrutura física e seu pessoal, realizava a comercialização dos produtos e serviços, resultando em um volume financeiro. Prestava contas à escola e, desse montante, ela repassava para a Cooperativa-Escola um percentual em espécie equivalente a 6%. Com esses valores, mesmo sendo menores quando comparados com a forma anterior, a cooperativa passava a aplicá-los em atividades inerentes aos seus cooperados.

Vale ressaltar, novamente, que em todas essas fases de desenvolvimento da Cooperativa-Escola, as atividades eram acompanhadas por um Professor Coordenador, possibilitando uma interação entre escola e cooperativa. Com o papel principal de orientar os Conselhos e cooperados, trazia uma maior segurança aos alunos e dirigentes, em razão de estarem em constante processo de aprendizagem.

As atividades eram facilitadas, também, pela obrigatoriedade de fazer parte da grade curricular dos estudantes a disciplina de cooperativismo, com carga horária em torno de 80 horas e conteúdos importantes que propiciavam aos cooperados conhecimentos inerentes ao assunto, como: histórico, constituição de cooperativas, tipos, formação de estatuto, direitos e deveres, órgãos de administração, entre outros, passando a servir de suporte para nortear o funcionamento das cooperativas.

A convivência por um período aproximado de três anos, tempo de duração do Curso de Técnico Agrícola, sob a influência da metodologia do *aprender a fazer e fazer para aprender*, lema das escolas agrícolas, combinada com um regime de internato em que a quase totalidade dos alunos compartilha alojamentos coletivos, possibilitou aprofundamento de experiências em grupo e resultou na formação de outras associações, como, grêmios estudantis e condomínios, consolidando-se a prática rotineira do espírito associativo.

2.2 Constituição das Cooperativas-Escolas

No processo de fundação dessas cooperativas, alguns procedimentos devem ser intensamente trabalhados e observados para que ocorra a garantia de sucesso do empreendimento cooperativista. Desses podemos apontar:

Motivação: A motivação constitui-se num requisito imprescindível ao processo de fundação, organização e funcionamento de cooperativas. Tem por objetivo principal despertar, na comunidade escolar, o espírito de solidariedade e a união de todos na soma de esforços para a defesa econômica de interesses comuns.

O êxito no funcionamento pleno de uma cooperativa está, basicamente, condicionado ao trabalho de conscientização dos futuros cooperados sobre as finalidades e objetivos da instituição e ao conhecimento da doutrina e dos dispositivos legais que regem o cooperativismo.

Na organização da Cooperativa-Escola, a participação do corpo docente, do pessoal administrativo e dos órgãos de controle do sistema contribuem de forma decisiva, para

agilizar o processo de sua consolidação e torná-la capaz de atuar como mecanismo integrante do currículo do estabelecimento.

Corpo docente: Sendo a Cooperativa-Escola um instrumento operacional do currículo, o cumprimento de suas finalidades está vinculado ao envolvimento do corpo docente. Isso significa que o trabalho da cooperativa, através de suas seções, deve ser articulado com os conteúdos das disciplinas curriculares, tanto da Educação Geral como da Formação Especial, de maneira a facilitar sua implementação e servir de subsídios teórico-práticos para a organização e funcionamento da cooperativa.

Corpo discente: É de fundamental importância a motivação dos alunos. Mediante essa motivação visa-se despertar, nos mesmos, o espírito cooperativista, a necessidade da implantação dessa sociedade cooperativa e, o que é mais importante, torná-los consciente dos benefícios que a organização cooperativa lhes trará, tanto em termos de formação integral (benefícios educacionais), como relativos a interesses econômicos e sociais.

Realiza-se fixando cartazes alusivos ao cooperativismo em pontos de livre acesso dos alunos, palestras e reuniões com todos os segmentos da escola.

Reunião Preparatória: Concluída a fase de motivação, realiza-se uma reunião preparatória, na qual os alunos que aceitaram o convite formulado assinarão a Lista de Adesão à Constituição da Sociedade. Na oportunidade designa-se uma comissão que, junto com o Professor-Coordenador, terá a incumbência de redigir o anteprojeto do Estatuto Social.

Assembléia de Constituição: Concluído o anteprojeto será promovida nova reunião com todos os alunos que assinaram a Lista anterior, em local pré-destinado, utilizando-se um convite denominado de Edital de Convocação.

No local e hora estabelecidos terá início a reunião, que, a princípio, é presidida pelo Diretor da Escola ou pelo Professor-Coordenador e, posteriormente, coordenada, por um aluno indicado, por aclamação, pelos colegas presentes. Na seqüência, este convida outro aluno para secretariar os trabalhos e redigir a respectiva ata.

Nessa Assembléia após a discussão do estatuto, faz-se a sua aprovação, e em seguida elege a primeira Diretoria da Cooperativa-Escola.

Legalização e Registros Legais: Realizada a sessão que constitui oficialmente a Cooperativa-Escola, a Diretoria recém eleita deve agilizar a sua autorização de funcionamento, preenchendo os documentos necessários ao registro da sociedade e remetendo-os aos órgãos oficiais responsáveis pela autorização, registro e organização das cooperativas.

Entendemos assim que a Cooperativa-Escola, passa a ser um mecanismo de aprendizagem e de caráter educativo do cooperativismo. É o trabalho coletivo, como base da educação, frisado pelas atividades participativas de âmbito geral e de retorno coletivo através de ações de caráter comum.

Como afirma Luz Filho,

No ensino público, as Cooperativas-Escolas são sociedades de alunos, dirigidas por estes com o concurso dos professores, tendo em vista atividades comuns. Inspirada por um ideal de progresso humano, tem por objetivo a educação moral, cívica e intelectual dos cooperadores, com a gestão da sociedade e o trabalho de seus associados. Os frutos comuns do trabalho são destinados ao equipamento da escola e ao melhoramento das condições de trabalho, à organização da cultura artística e ao divertimento dos associados, ao desenvolvimento das obras escolares e pós-escolares de ajuda - mútua e de solidariedade (LUZ FILHO, 1955, p.45).

Continua o autor,

A cooperativa escola, em síntese, prepara os jovens cooperados para desempenharem no futuro funções dignas e úteis à população, envolvendo os setores primários, secundários e terciários de produção. Mas a finalidade econômica não deve, ser subestimada, sem se chegar ao exagero materialista que subordina todo o processo social e educacional às realidades econômicas. A comunidade escolar reconhece sua influência poderosa sobre todas as atividades da vida e, sobretudo, no campo específico da organização interna da escola (LUZ FILHO, 1955, p.47).

Existem Cooperativas-Escolas nas instituições federais de ensino agrícola, denominadas de Cooperativas-Escolas de Alunos, que têm como característica principal na formação do quadro social¹⁰, jovens devidamente matriculados no estabelecimento de ensino e que, através de normas, ingressam na cooperativa, participam das decisões, administram a empresa e se envolvem em todo o processo. A Cooperativa-Escola, em seu aspecto de

¹⁰ Quadro social refere-se a composição dos cooperados que fazem parte da organização cooperativa.

empresa, deve dar lugar a trabalhos de campo que permitam ao mestre explicar o processo de produção, deve permitir que os estudantes cooperados realizem operações de venda dos produtos da cooperativa, façam aquisições de insumos, bem como a industrialização de matéria-prima, o que cria a oportunidade para compreenderem o mecanismo dos preços e do mercado, noções de gerenciamento e liderança, controle contábil, além dos processos para a conservação e o acondicionamento dos produtos agrícolas.

Essa modalidade de cooperativa foi extremamente difundida nas Escolas Agrotécnicas Federais e nos Centros Federais de Educação Tecnológica, no decorrer de anos anteriores. Várias Cooperativas-Escolas foram implantadas por terem facilidade de viabilização, devido sua importância e por fazerem parte do currículo escolar, além do incentivo do Ministério de Educação na sua implantação, tendo em vista o resultado prático possibilitado pela sua existência.

CAPÍTULO III

COOPERATIVAS-ESCOLAS NA REGIÃO CENTRO-OESTE

Na região Centro Oeste do país as Cooperativas-Escolas passaram por momentos diferentes de atuação prática, proveniente das transformações estruturais e políticas acontecidas nas escolas, principalmente, nas últimas décadas (período de COAGRI, extinção da COAGRI, autarquização e transformação em CEFETs), e levando em conta a distinção de acordo com a vocação e com a capacidade de produção da instituição de ensino.

Nessa região encontram-se cinco Instituições Federais de Ensino Agrícola, sendo três Centros Federais de Educação Tecnológica, com ênfase no setor agropecuário, dois localizados em Goiás, no município de Urutaí¹¹, outro em Rio Verde, um em Mato Grosso no município de Santo Antônio do Leverger¹², uma Escola Agrotécnica Federal no município de Cáceres-MT, e uma Escola Agrotécnica Federal no município de Ceres-GO. Nessas instituições funcionam as Cooperativas Escolas.

Devido essas escolas ser eminentemente de vocação agrícola, a análise das fichas de matrículas dos alunos, demonstrou que na sua maioria as Cooperativas-Escolas são constituídas por cooperados jovens na faixa etária entre 15 a 19 anos sendo cerca de 70% deles, provenientes do meio rural.

Como todas as cooperativas, a forma de adesão de cooperados nas Cooperativas-Escolas não é diferente. Os interessados integralizam um valor inicial referente a quotas partes, valor em média equivalente a 10% do salário mínimo vigente. Após essa integralização, tornam-se sócios, podendo usufruir os benefícios que a Cooperativa-Escola

¹¹ O CEFET-URUTAÍ dispõe de uma Unidade Educativa Descentralizada, localizada no município de Morrinhos-GO.

¹² O CEFET localizado no Mato Grosso está situado no município de Santo Antonio de Leverger e é denominado de CEFET Cuiabá, localizado na zona rural, as margens da rodovia BR 364, a 90 km da capital e numa junção dos municípios de Santo Antonio do Leverger, Campo Verde e Cuiabá.

oferece, através de custos menores, devido ela operar com um volume maior de produtos e serviços.

O cooperado, ao formar-se ou desistir da escola, automaticamente deixa de ser associado da Cooperativa-Escola, ficando ao seu critério a solicitação de ressarcimento do capital investido, após a anuência do Conselho de Administração da Cooperativa-Escola.

Durante o período de permanência na Cooperativa-Escola, o cooperado tem como dever e direito participar das assembléias gerais, votar, ser votado e atuar na cooperativa através de ações que ela venha a desenvolver em prol da sociedade.

Preconiza, em seu contexto educacional, o associativismo através da disciplina ‘Associativismo Rural’ ou ‘Cooperativismo’ e dá oportunidade de vivenciá-la na prática. Além disso, a experiência associativista se dá também através do Grêmio Estudantil, Condomínio dos Alunos, Associação dos Servidores e Cooperativa de Crédito Mútuo.

As Cooperativas-Escolas têm como objetivos básicos: (i) educar os alunos dentro dos princípios do Cooperativismo e servir de instrumento operacional dos processos de aprendizagem; (ii) promover a defesa econômica dos interesses comuns, objetivando a aquisição de material didático e insumos em geral, necessários ao exercício da vida escolar e do processo ensino-aprendizagem; (iii) realizar a comercialização dos produtos agropecuários resultantes da produção Agroindustrial da Escola-Fazenda (excedente ao que é consumido), bem como a prestação de outros serviços de conveniência do ensino e do interesse dos associados.¹³

Todo o quadro administrativo dessas cooperativas é composto por jovens discentes (cooperados), com o objetivo de conduzir os trabalhos da empresa cooperativa, tanto no âmbito social quanto no econômico. Se esses estudantes são do meio urbano passam a vivenciar uma realidade completamente diferente, devido a maneira de funcionamento da escola, preconizando o sistema-escola-fazenda. O processo de escolha da diretoria das cooperativas é eletivo e anual. Os ocupantes dos cargos nos Conselhos Administrativos, Fiscais e Comitês Educativos são escolhidos por eleição aclamativa ou secreta, de acordo com decisão da assembléia, e preenchidos pelos estudantes associados.

¹³ Extraído do atual Estatuto Social da Cooperativa-Escola dos Alunos do CEFET-CUIABÁ.

Importante ressaltar que todos esses cargos e a própria candidatura passa por processo de campanha eleitoral. Não existe exigência de tempo de ingresso na escola para participar das chapas, mas é obrigatório que o candidato seja cooperado e maior de 18 anos de idade.

No caso de um ocupante da Diretoria não desempenhar adequadamente suas funções, o conselho pode substituí-lo por um suplente. Nesse caso, o cooperado não é desligado da Cooperativa-Escola, apenas será retirado da Diretoria e afastado do cargo.

O Professor-Coordenador tem a responsabilidade de orientar as atividades do conselho e dar suporte aos estudantes para a execução de suas funções.

Percebe-se, portanto, a importância didático-pedagógica das Cooperativas-Escolas, enquanto instrumento prático de aprendizagem dos conhecimentos cooperativistas. Entretanto, um dos aspectos principais do seu papel na formação conceptual e filosófica dos jovens é a oportunidade da vivência cooperativista, o lugar onde os estudantes (cooperados) têm a possibilidade de conviver com todos os benefícios do associativismo, tanto no aspecto administrativo quanto na prática cotidiana.

Ressalta-se que a Cooperativa-Escola não se restringe somente aos estudantes, mas estende suas ações até os assentamentos rurais, fazendeiros e cidades do seu entorno, oportunizando-lhes vivenciar essa forma associativista de trabalho, os quais podem se espelhar no exemplo gerado dentro do quadro social da Cooperativa-Escola.

A prática cooperativista vivenciada no mundo acadêmico proporciona, além do amadurecimento da experiência coletiva, a possibilidade de colocação no mercado de trabalho e a gestão do agronegócio em cargos de gerenciamento.

Os jovens organizados em Cooperativa-Escola têm a oportunidade de desfrutar desse laboratório como um diferencial dos outros estabelecimentos de ensino, pois favorece o processo democrático, a autogestão e o convívio social.

3.1 Cooperativa-Escola dos Alunos do Centro Federal de Educação Tecnológica de Cuiabá

Ao final da década de 1970, período em que as Cooperativas-Escolas cresciam em número de implantação, através da política implantada pelo MEC, em Cuiabá, no então Colégio Agrícola “Gustavo Dutra”, hoje CEFET Cuiabá, iniciavam-se os primeiros sonhos para implantar a cooperativa. Contavam já com um sistema semelhante, porém informal, que se pode considerar como embrionário com objetivos limitados, restringindo-se ao atendimento da comunidade estudantil com cantina e comercialização de material escolar.

Para dar o cunho empresarial e a formalidade de cooperativa como o proposto no manual elaborado pela COAGRI, em 1979, reuniu-se a comunidade escolar e fez-se um trabalho de mobilização e conscientização entre professores, funcionários administrativos e discentes, e iniciou-se o processo de formação, legalização e registro de constituição da Cooperativa, denominada de Cooperativa Escolar e de Trabalho do Colégio Agrícola “Gustavo Dutra” Ltda-COETAGRI.

A partir da legalização e registro da Cooperativa-Escolar, a diretoria eleita e os cooperados iniciaram os trabalhos de desenvolvimento. A Cooperativa-Escolar desenvolveu-se muito rapidamente, em razão de sua localização, capacidade produtiva, corpo docente, discente e servidores administrativos, comprometidos com a produção e o ensino que preconizavam no bojo da instituição.

Em 1979 o Colégio Agrícola “Gustavo Dutra” passa a ser denominado de Escola Agrotécnica Federal de Cuiabá e, para se enquadrar na nova denominação da escola, os cooperados reunidos em assembléia geral, alteram a razão social da cooperativa, que passa a ser Cooperativa Escola dos Alunos da Escola Agrotécnica Federal de Cuiabá-MT Ltda. Iniciou-se um novo período para a Cooperativa. Ao invés de receber insumos previstos no orçamento da escola, ela passou a ter, diretamente do Governo Federal, recursos financeiros através de subvenção econômica.

No final do ano em exercício, a equipe técnica e diretores da Cooperativa-Escola reuniram-se e elaboraram um projeto técnico-financeiro das ações previstas para o ano seguinte. Aprovaram internamente e anexaram esses valores junto ao planejamento da escola que, em seguida, foi enviado a Brasília para análise, aprovação e liberação dos recursos

financeiros. Após a aprovação, os recursos foram repassados à escola, que, em seguida, depositou o valor pertinente à cooperativa na sua conta bancária, ficando sob a responsabilidade da Diretoria aplicá-los bem e corretamente, de tal forma que resultassem em uma produção suficiente para restituir os valores recebidos em forma de produtos (arroz, milho, feijão, hortaliças, frutas, carne de frango, suínos, bovinos, ovos, leite, mel, doces, compotas, embutidos e defumados e outros), os quais seriam contabilizados e entregue ao almoxarifado da escola em forma de pagamento do investimento. A Cooperativa-Escola comercializava com terceiros a produção excedente e os recursos financeiros arrecadados eram reaplicados em seus próprios projetos.

No ano de 2002 a Escola Agrotécnica Federal de Cuiabá sofreu outra alteração organizacional, tornando-se um Centro Federal de Educação Tecnológica, com possibilidades de oferecer cursos superiores de tecnologia. Essa transformação alterou toda a estrutura de funcionamento da escola, principalmente na parte de produção da fazenda-escola que, até então, era o ponto central de renda para a Cooperativa-Escola. Atualmente, ela passa a sofrer algumas conseqüências, mais especificamente de ordem administrativa. A Direção entende de uma maneira diferente o papel da Cooperativa-Escola, tornando-a exclusivamente de cunho didático. Com isso, a cooperativa sofre mais uma quebra em seu desenvolvimento, devido ao fechamento de um campo muito forte, que é a comercialização da produção excedente em nome do CEFET, pois, dessa ação é que resultava a maior receita arrecadada na cooperativa.

Ao diminuir as atividades e o aporte de recursos, a cooperativa vem funcionando de maneira limitada, atuando mais de forma didática e de caráter social com os seus cooperados, como: venda de uniformes, apoio na alimentação, no esporte e lazer e contrato de um seguro contra acidentes.

A Figura 1 mostra o momento de uma assembléia geral ordinária, realizada anualmente, conforme as exigências da legislação vigente, onde ocorre a prestação e aprovação de contas do exercício anterior, eleição e posse de novos conselheiros e aprovação de um planejamento para o exercício em vigor.



Figura 1-Assembléia Geral Ordinária Cooperativa-Escola CEFET-Cuiabá.

Fonte: Arquivo Cooperativa-Escola – março 2005.

3.2 Cooperativa-Escola dos Alunos do Centro Federal de Educação Tecnológica de Rio Verde-GO

O município de Rio Verde-GO se localiza no sudoeste goiano, região beneficiada pela topografia e qualidade do solo. Está relativamente próximo à capital do estado, com acesso fácil para outras localidades, através das rodovias federais que cruzam o município.

Nele encontram-se grandes empresas do complexo industrial, dentre elas uma das maiores cooperativas agropecuárias do país, a Cooperativa Mista de Produtores Goianos (COMIGO). É um forte potencial na produção de grãos e destaca-se também na produção de frangos de corte, suínos e bovinos.

Nesse município de características agricultável e industrial, foi instalado próximo a cidade, o então ginásio agrícola de Rio Verde, autorizado a funcionar através de um telegrama do MEC, datado de 27/04/1967, nesse mesmo ano deu-se o início da primeira turma de estudantes da escola. Transformou-se em 1968, através do Decreto nº 62.178, em Escola Agrotécnica Federal de Rio Verde. A partir daí passou a ministrar o curso Técnico Agrícola, com habilitação em Agropecuária, em nível de 2º grau, com uma duração de três anos. Ofereceu em 1981 o curso técnico, na modalidade supletiva, habilitação em agricultura e em leite e derivados. Foi transformada em Autarquia Federal, ligada ao Ministério da Educação, através da Lei 8.731, de 16 de novembro de 1993. Tornou-se mais eficiente devido ao fato de ter autonomias administrativas, financeiras e pedagógicas. Em 1997 inicia uma nova etapa de modelo de ensino técnico, com a reforma da educação profissional, atendendo prontamente a Secretaria de Educação Média e Tecnológica (SEMTEC). Foram implantados novos cursos técnicos em zootecnia, agricultura e agroindústria. Novos investimentos surgiram, aumentando a estrutura física da escola e, em conseqüência, houve o acréscimo do número de estudantes matriculados, chegando, atualmente, em torno de 1.000 alunos. Hoje é denominado de Centro Federal de Educação Tecnológica de Rio Verde-GO, com curso superior de tecnologia em produção de grãos.

A escola desenvolveu seu projeto didático-pedagógico e implantou informalmente a Cooperativa-Escolar conforme documentos repassados pela cooperativa durante a visita do pesquisador nessa instituição. De posse do estatuto social da cooperativa e do certificado de constituição, verificamos a sua inscrição junto à Secretaria da Agricultura do Estado de Goiás, através do Serviço de Assistência ao Cooperativismo, sob o nº 99, em 11/06/70, constando, no texto desse certificado, o início de funcionamento em 28/02/70. Em maio de 1979 os cooperados, através de uma Assembléia Geral Extraordinária, reuniram-se e realizaram reformas no estatuto social, adequando-o a legislação vigente, conforme atesta o certificado de autorização de funcionamento nº 2783/79, emitido pelo Ministério da Agricultura e Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

A escola e a Cooperativa-Escola dos alunos do CEFET-Rio Verde-GO passaram pelas mesmas transformações mencionadas anteriormente, e que trouxeram efeitos em grau que suas particularidades internas e administrativas diferenciaram, mantidos, porém, os mesmos princípios que norteiam todas as cooperativas dos estabelecimentos de ensino federal.

3.3 Cooperativa Escola dos Alunos do Centro Federal de Educação Tecnológica de Urutaí-GO



Figura 2-Foto aérea do CEFET-Urutaí-GO.

Fonte: disponível em <http://www.cefeturutai.edu.br>. Acesso em: 12/abril/2005.

A Escola Agrícola de Urutaí-GO foi criada pela lei 1.923 de 28 de julho de 1953, subordinada a então Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário, do Ministério da Agricultura, iniciou suas atividades em março de 1956, nas instalações da antiga Fazenda Modelo, oferecendo o Curso de Iniciação Agrícola e de Mestre Agrícola. Em 13/02/64, foi alterada a denominação de Escola para Ginásio Agrícola de Urutaí-GO, através do Decreto de nº 53.558.

A partir de fevereiro de 1970 o estabelecimento recuperou sua condição de Ginásio Agrícola e, posteriormente, em 21/12/77, foi autorizado a funcionar com o Curso Técnico em Agropecuária em nível de 2º Grau, com a denominação de Escola Agrotécnica Federal de Urutaí-GO, conforme portaria n° 32, de 21/12/77.

Em 16 de novembro de 1993 a então Escola Agrotécnica Federal de Urutaí-GO foi constituída sob a forma de Autarquia Federal, mediante a Lei 8.731/93, vinculada à Secretaria de Educação Média e Tecnológica do Ministério da Educação e do Desporto. O atual regulamento interno foi aprovado em agosto de 1998, pelo MEC. Através da portaria n° 46, de 13 de janeiro de 1997, o Ministro de Estado da Educação e do Desporto autorizou o CEFET, na época Escola Agrotécnica Federal de Urutaí-GO, a promover o funcionamento da Unidade de Ensino Descentralizada (UNED) em Morrinhos-GO. Em 1999, ainda com Escola Agrotécnica, foi implantado o Curso Superior de Tecnologia em Irrigação e Drenagem, curso este que credenciou a Instituição junto ao MEC para o processo de Cefetização.

Apenas em 16 de agosto de 2002 foi transformada em Centro Federal de Educação Tecnológica, por força de um decreto presidencial, e em 2003 foi implantado o Curso Superior de Tecnologia em Sistemas de Informação.

Ao analisar os documentos da Cooperativa-Escola pudemos detectar a sua existência anterior, sob a denominação de Sociedade Cooperativa “Coronel Sebastião Louzada” do então Colégio Agrícola de Urutaí. Em maio de 1979, através de uma Assembléia Geral Extraordinária, reformulou-se o seu estatuto social e a nova denominação passou a ser Cooperativa Escolar e de Trabalho dos Alunos do Colégio Agrícola de Urutaí Ltda – COETAGRI. O Colégio Agrícola, após alguns anos, transformou-se em Escola Agrotécnica Federal de Urutaí-GO e, novamente, a cooperativa remodelou seu estatuto social. A partir daí tornou-se Cooperativa Escola dos Alunos da Escola Agrotécnica Federal de Urutaí-GO.

3.4 Cooperativa-Escola dos Alunos da Escola Agrotécnica Federal de Cáceres-MT

A Escola Agrotécnica Federal de Cáceres foi fundada em 1980, já mais recente, porém, não sofreu todas as transformações acontecidas nas escolas anteriormente mencionadas, trata-se de uma autarquia do Ministério da Educação vinculada a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica-SETEC. É um resultado de melhoria do ensino técnico profissionalizante, com a participação do MEC, Governo do Estado de Mato Grosso e Prefeitura Municipal de Cáceres.

A cidade de Cáceres está situada no sudoeste, no extremo norte do Pantanal Mato-grossense. Município com uma economia baseada na exploração agropecuária e extrativista, devido a alta fertilidade do solo e abundância em água.

Nos últimos anos o município procurou estruturar se como importante porto fluvial no contexto de Mato Grosso, interessou-se também em estabelecer uma ligação rodoviária com a Bolívia e, conseqüentemente, contar com uma saída para o Oceano Pacífico.

Atualmente, o município voltou suas ações também para o turismo, já que se encontra situado numa região privilegiada do Pantanal Mato-grossense. A beleza do Rio Paraguai e de seus afluentes representa hoje uma das maiores potencialidades turísticas do estado do Mato Grosso.

A industrialização do município constitui-se numa das maiores lutas da sociedade, principalmente pela implantação da Zona de Processamento de Exportação-ZPE. Encontram-se várias empresas instaladas, dentre elas uma Cooperativa de Criadores de Jacaré do Pantanal, com criação e frigorífico para abate de jacarés, devidamente regularizada e explorando a criação desses animais.

Nesse contexto está situada a Escola Agrotécnica Federal de Cáceres, uma referência para o município, na formação de profissionais com habilitação de Técnico Agrícola nas modalidades de Agropecuária, Florestal, Agricultura e Zootecnia. Está localizada na margem esquerda do Rio Paraguai, no Distrito Industrial do município de Cáceres.

Quanto à fundação da Cooperativa-Escola, obedeceu aos mesmos critérios de orientação das outras cooperativas. Realizou-se, em 26/04/1983 uma Assembléia Geral Ordinária, com a finalidade de constituir a sociedade cooperativa e eleger os conselheiros para

a composição da Diretoria, Conselho Fiscal, Conselho de Representantes e seus respectivos suplentes.

A Cooperativa-Escola dos Alunos da Escola Agrotécnica Federal de Cáceres-MT, após a sua constituição passou a apoiar no desenvolvimento dos projetos técnico-pedagógicos da escola, da mesma forma de funcionamento das outras cooperativas já mencionadas, isso ocorreu até por volta do ano de 2003. A partir dessa data a Cooperativa-Escola sofreu uma crise estrutural, coincidindo com a eleição e posse do atual Diretor Geral da EAF Cáceres, realizaram-se discussões com os cooperados e se chegou consensualmente à decisão de liquidá-la.

Sendo assim, no decorrer de 2004, fecharam-se as portas da sociedade cooperativa. A partir desse período os discentes ficaram sem a sua principal representação estudantil e, mudaram-se totalmente as maneiras de desenvolver os projetos didático-pedagógicos realizados dentro da escola-fazenda.

3.5 Cooperativa-Escola dos Alunos da Escola Agrotécnica Federal de Ceres-GO

Em 1986 foi apresentado, no Congresso Nacional, o projeto lei que criava a Escola Agrotécnica. Em setembro do mesmo ano publicou-se o edital de concorrência pública para essa construção. Os membros da Comissão Pró-Criação da Agrotécnica lançaram, no dia 04 de setembro de 1987, a maquete do projeto da Escola.

Em 30 de janeiro de 1993, pelo Decreto 8.670, a escola foi criada e, em seguida, transformada em autarquia pela Lei 8.731. Isso ocorreu em 16 de novembro de 1993. No dia 30 de janeiro de 1994 foi inaugurada com a presença do Ministro da Educação e de autoridades locais. As atividades letivas iniciaram-se no dia 06 de março de 1995, tendo na primeira turma de técnicos em agropecuária, a presença de 160 alunos.

A instituição está localizada na Rodovia GO-154, Km 03, estrada que liga a cidade de Ceres à cidade de Carmo do Rio Verde.

Com a reforma ocorrida na Educação Profissional, ela passou a oferecer, a partir de 1998, o curso de técnico em Agropecuária em concomitância com o Ensino Médio. Em função de novas demandas apresentadas pela comunidade em 2001, foram criados os Cursos Técnicos em: Informática, Agroindústria, Agricultura e Zootecnia, oferecidos em diversas modalidades, responsáveis pela ampliação das áreas de atuação da escola.

Em 2005 passou a oferecer o Curso Técnico em Meio Ambiente e o Curso integrado de Técnico Agrícola com habilitação em Zootecnia. Hoje possui aproximadamente 480 alunos nos diversos cursos oferecidos na instituição. Desses, em torno de 150 estudantes, residem na própria escola. Atualmente a escola tem como desafio implantar cursos superiores e ampliar as áreas nos cursos técnicos.

Dentre outras atribuições, de acordo com o seu regimento, compete a essa instituição: planejar, coordenar, supervisionar, controlar e avaliar a execução das atividades referentes ao ensino, produção, pesquisa e assistência ao educando, assim como zelar pela articulação entre a educação profissional e as diferentes formas e estratégias de aprimoramento do processo educativo com vistas a atender as demandas referentes ao desenvolvimento da região do Vale do São Patrício.

O Vale do São Patrício localiza-se no médio norte de Goiás, às margens do Rio das Almas e é cortado pela BR 153 (Belém-Brasília). Formado por 25 municípios, dentre os quais está Ceres, e totaliza uma população de 250 mil habitantes.

A economia da região é baseada na agropecuária, com destaque para as culturas da cana-de-açúcar, arroz, milho, feijão, melancia, tomate e abacaxi. Predominam, nessa região, as pequenas e médias propriedades rurais, com áreas de até 100 hectares.

Na estrutura organizacional da escola encontra-se a Cooperativa Escola dos Alunos da Escola Agrotécnica Federal de Ceres, que, na perspectiva da adoção de novos procedimentos metodológicos voltados para o fomento e fortalecimento da pedagogia participativa, aprovou no final do ano de 2003, junto ao Ministério do Desenvolvimento Agrário/Programa Nacional de Agricultura Familiar-PRONAF/CAPACITAÇÃO, o Projeto de Capacitação, Qualificação e Resgate da Cidadania para Produtores Rurais do Vale do São Patrício. Esse projeto foi apresentado pela Cooperativa Escola dos Alunos da EAF Ceres e beneficiando diretamente 800 pessoas, entre alunos, técnicos, agricultores e familiares da região.

Tornou-se um projeto inédito, em que a Cooperativa-Escola desenvolve suas ações, cumprindo a função social e técnica, que os princípios cooperativistas norteiam. A partir do ano de 2005 ocorreu uma restrição das atividades da Cooperativa-Escola. Ela deixou de gerenciar a produção e comercialização dos produtos, transferindo essas atividades à Escola Agrotécnica. A partir daí um novo cenário se desenha e ela passa a buscar novos convênios e parcerias para conseguir atender a demanda social de seus cooperados.

CAPÍTULO IV

A PARTICIPAÇÃO DOS ALUNOS NA COOPERATIVA-ESCOLA: DIMENSÕES PEDAGÓGICAS

A Cooperativa-Escola é administrada e fiscalizada por alunos cooperados que, após serem eleitos, assumem a responsabilidade de desenvolver todas as atividades que envolvem a organização da cooperativa, a produção, comercialização e o controle de produtos, gerados das aulas teórico-práticas, desenvolvidas nas unidades educativas de produção¹⁴ da escola. Na unidade de bovinocultura, por exemplo, produz-se o leite, que é transportado até a unidade de processamento de produtos de origem animal, nela esse leite é transformado em produtos como: iogurte, queijos, doces e manteiga. Os estudantes participam efetivamente de todas as etapas do processo produtivo, que muitas vezes tem o objetivo didático, aplicando os conhecimentos teóricos e práticos, ou até mesmo, de forma produtiva, objetivando obter lucros, para manutenção, desenvolvimento e continuidade de novos projetos.

Soethe¹⁵, focalizando a educação não formal, contribui com o entendimento do efeito pedagógico dessa prática, quando ressalta:

A educação não formal, por meio da sistematização, propõe ser um modo de diminuir esta distância de tal modo que, como não pode ser extinta, pelo menos dialetiza os dois momentos: teoriza a prática e pratica esta teorização. Considerando que isto desencadeia processos de construção de pedagogias e de projetos políticos, a partir da prática, estamos diante do que se denomina educação não formal. A sistematização pode ser entendida, de algum modo, como desconstrução cultural dos sujeitos envolvidos pode apresentar uma densidade pedagógica muito interessante, que se poderia ousar denominá-la, por exemplo, de pedagogia da desconstrução, ou seja, a desconstrução aqui é entendida como uma desconstrução à experiência educativa (SCHNEIDER, 2003, p.182).

¹⁴ Unidade educativa de produção parte do organograma da escola, é o setor onde desenvolve as culturas, as criações e realiza os processamentos de produtos tanto de origem animal e vegetal, através de aulas práticas, Ex: aves, suíno, hortaliças, banana, picles, conservas, etc.

¹⁵ Citado em SCHNEIDER, José O. Educação Cooperativa e suas práticas. Brasília: Ed. Unisinos. 2003. (p.182)

A importância da Cooperativa-Escola na formação pedagógica desses estudantes fica evidenciada nos relatos dos entrevistados, em que a experiência profissional é sentida como uma extensão da aplicação dos conhecimentos facilitados pela formação e participação nas atividades desenvolvidas. Renacildo e Israel relatam com evidência a importância dessa prática:

Fazer várias coisas sozinho, a gente não consegue e em grupo se realiza e com mais facilidade. Isso levo até hoje, é o que me deu a base para estar onde estou , até porque durante a estada como presidente da cooperativa, participei de vários congressos, simpósios de cooperativismo e convivi com vários outros dirigentes de cooperativas. O mais interessante é que, ao formar, fui convidado a trabalhar em várias cooperativas, vindo a trabalhar numa cooperativa de criadores de jacaré do pantanal, em Cáceres-MT (Renacildo EAF – Cáceres/MT).

Veja bem todo envolvimento profissional foi na Agrotécnica, hoje CEFET Cuiabá, estudei sete anos, cursei ginásio e técnico e dois anos no primário. Não tenho curso superior, porém, ao ingressar na extensão rural, essas experiências me trouxeram uma facilidade muito grande, principalmente, para trabalhar com pequeno produtor, pois já trabalhava em grupos nos finais de semanas conhecendo as lidas na roça. Isso influenciou decisivamente na minha vida (Israel – CEFET/Cuiabá/MT).

Em alguns relatos aparece a constatação dos estudantes acerca de seu desconhecimento da real função da cooperativa, o que vem a reforçar o componente pedagógico da prática:

A gente tinha noção de cooperativismo assistencialista, que a cooperativa teria que dar alguma coisa para alguém, essa era a noção, não conhecia o estatuto nem conhecia direitos e deveres dos cooperados. Fui aprendendo depois. Talvez se tivessem alguns cursos antes de se integrar (Milton – CEFET Rio Verde/GO).

Após a inserção do estudante na prática cooperativa, constata-se que eles compreendem a importância de buscar aprofundamento nos conhecimentos relativos à cooperativa como forma de qualificar-se para uma atuação mais eficiente. Isso aparece no relato:

Nós entrávamos só com o arrojo, [...] o arrojo é fundamental, mas saber o direito e a responsabilidade é muito bom também. [...] buscamos cursos, fizemos integração com a cooperativa COMIGO, que estava começando

nessa época também, tinha o CEAG – Centro de Cursos Gerenciais – foi o primeiro curso que fizemos na área de eficácia gerencial em conjunto com a COMIGO [...] agora imagina, num ano e pouquinho a gente tem que se inteirar do assunto que não conhece, buscar parcerias, estratégias, é muito curto e a gente perde muito tempo (Milton – CEFET Rio Verde/GO).

Nesse sentido Schneider, aponta para um aspecto muito importante do fazer pedagógico de uma cooperativa, veja:

[...] apenas uma metodologia voltada para a construção aberta de capacitação e em equipe seria capaz de promover novas identidades. Novas identidades que não poderiam ser construídas se não houvesse a discussão contínua da práxis e como desdobramento dos princípios de: Adesão livre e voluntária; Controle democrático pelos sócios; Participação dos sócios; Autonomia e independência; Educação, treinamento e informação; Cooperação entre cooperativas; Preocupação com a comunidade. Esses princípios traduzem e servem de justificativa para um agir coletivo e político que se contraponha à fragmentação do trabalho, a rotinização da vida, à dependência, aos efeitos negativos do poder autoritário e a uma cultura vertical marcada pela seletividade e exclusão social. [...] educação cooperativa é a ação que resulta da experiência associativa vinculada ao trabalho (que ainda permanece como central no nosso universo social e cultural) e é o principal canal de acesso à vida social (SCHNEIDER, 2003, p.125).

Ao serem indagados sobre os motivos do interesse em participar nas atividades de desenvolvimento da cooperativa, relatam conhecimentos que são utilizados na vida profissional que podem ser observados pelos fragmentos de falas:

O que me motivou sempre foi à idéia de revolucionar, de mudar, de melhorar a escola, de incorporar o cooperativismo, porque naquela época também surgiu em Rio Verde-GO, a COMIGO, Cooperativa Mista de Produtores Goianos, hoje considerada uma das maiores cooperativas do País. Então você tinha que acreditar que, ao sair especializado, teria uma formação melhor para adquirir um emprego de Técnico Agropecuária numa empresa importante, e a COMIGO era a evidência do momento (Jader CEFET/Rio Verde/GO).

Segundo Mannheim¹⁶:

¹⁶ MANNHEIM. Mannheim e a educação, in FORACHI. Publicado em O Jornal do CEUPES, ano 3, nº4, Centro Universitário de Pesquisa e Estudos Sociais da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, 1960.

[...] a educação envolve inevitavelmente a intenção de modificar, de agir sobre a realidade modelando o comportamento dos seus agentes que são os seres humanos. A educação por sua vez, pode também ser encarada como um dos recursos mobilizados pela ação transformadora. Ela não é e nem pode, nas circunstâncias atuais ser, como acreditam alguns, o recurso saneador por excelência que sozinha opera milagres ou edifica civilizações porque, quando associado com outras técnicas sociais, ela torna-se inclusive integrante. (...) A educação não é, o milagre do mundo moderno ou a última esperança do homem ocidental, mas ela só encontra a sua razão de ser e estende a sua operatividade nas condições peculiares da sociedade que o engendra. É assim que ela deve ser compreendida e é assim que ela deve ser manipulada (MANNHEIM, 1982, p. 149).

Em alguns relatos aparece a consciência de que a participação é uma forma de conquistar transformações no grupo social em que o sujeito está inserido. Conforme explicita o entrevistado da Escola Agrotécnica de Cáceres, é sentida como uma maneira de auxiliar e contribuir na troca do conhecimento e dos resultados na aprendizagem, verifica-se no comentário a seguir:

A escola estava iniciando, tinha que ter um grupo de pessoas para desenvolver um trabalho naquela instituição, de forma paralela e com objetivos educacionais também. Sempre gostei de atuar nessas organizações. Para mim era objetivo contribuir e pleitear algum cargo. Quando você oferece a ajudar, você também aprende com isso, e está sempre aprendendo (Rubens – EAF – Cáceres/MT).

Os estudantes, além das atividades acadêmicas regulares da escola, tinham que buscar junto às empresas cooperativas da região e aos produtores rurais apoio logístico e de informação para complementar as necessidades teóricas e de conhecimento, com a finalidade de possibilitar melhor exercício de suas funções. Nesse sentido, relatam:

Olha só em um ano e um pouquinho agente se elege, tem que se interar do assunto. Quem não conhece, busca parceiros estratégicos. O tempo é muito curto e não podemos perder tempo. Buscamos cursos através da COMIGO, localizada em Rio Verde, que também iniciava suas atividades naquela época. Fizemos uma integração e tivemos bons resultados, inclusive até no auxílio financeiro de organizar documentos. Ela patrocinou para oito associados de nossa cooperativa uma viagem técnica na região do Paraná, onde visitaram várias cooperativas. Para a época era muita coisa (Milton – CEFET Rio Verde/GO).

No caso de pequenos projetos que tínhamos interesse em implantar, tivemos muitas dificuldades. No universo de vinte projetos programados, cinco chegaram ao final. A solução foi trazer para dentro da escola, através da

Cooperativa-Escola, empresários rurais que, através de suas experiências, relatavam novas tecnologias, motivavam os associados. Elaboramos um projeto de soja com 28 variedades, diferentes, realizamos um dia-de-campo, oportunidade em que se reuniram produtores, televisão, empresários, autoridades e, a partir daí, a Cooperativa-Escola tomou outro rumo (Valdir – CEFET Rio Verde/GO).

Neves ressalta que:

O empresariado parece estar se dando conta de que o baixo nível de escolaridade de amplas camadas da população começa a se constituir em obstáculo efetivo a reprodução ampliada do capital, em um horizonte que sinaliza para o emprego, em um ritmo dada vez mais acelerado, no Brasil, de novas tecnologias de base microeletrônica e da informática, assim como de métodos mais racionalizadores de organização da produção e do trabalho, na atual década (NEVES, 1993, apud FRIGOTTO, 1995, p.10).

Essa parceria torna-se evidente, na região de Rio Verde, que tem um forte potencial para o setor agropecuário. A COMIGO, como cita Milton, que, através do seu Presidente na época, o Sr. Paulo Roberto Cunha, se esforça para ajudá-los, favorecendo a integração entre a escola e a comunidade, aplicando os princípios cooperativistas, como: interação entre cooperativas e interesse pela comunidade.

O relato dos entrevistados coloca-nos diante de uma realidade marcante: O ensino cooperativado, que tem base no aprendizado de formas de produção e lucro voltados para uma coletividade igualitária e o ensino produzido pela prática capitalista dos grandes produtores. Os grandes produtores ensinam técnicas de ação prática, com vistas a preparar os alunos para atuarem enquanto trabalhadores distanciados da realidade coletiva de sua ação cooperada. Os alunos se utilizam do espaço prático sem questionarem a acumulação do capital social e cultural.

Caracteriza-se essa interlocução em uma tentativa de aprendizado futuro que está mais voltado para os modos de produção capitalista do que formas socialistas de distribuição do trabalho, da produção e do conhecimento (dos saberes).

Nesse sentido Frigotto lembra:

Trata-se de uma relação conflitante e antagônica, por confrontar de um lado as necessidades da reprodução do capital e de outro as múltiplas necessidades humanas. Negatividade e Positividade, todavia, teimam em coexistir numa mesma totalidade e num mesmo processo histórico e sua definição se dá pela correlação de força dos diferentes grupos e classes sociais. O fantástico progresso técnico que tem o poder de dilatar o grau de satisfação das necessidades humanas e, portanto, da liberdade humana e que tem estado sob a lógica férrea do lucro privado, ampliando a exclusão social, não é uma predestinação natural nem um destino, mas algo produzido historicamente (FRIGOTTO, 1995, p.36).

Segundo Rodrigues,

O cooperativismo se transforma em uma ponte unindo duas outras margens: de um lado, o mercado, no qual as cooperativas precisam estar inseridas com profissionalismo, eficiência, competitividade, com líderes ágeis em busca de alianças estratégicas, promovendo fusões e incorporações, lutando pela qualidade dos produtos e serviços, fazendo marketing e propaganda da diferença cooperativa obtendo resultados financeiros positivos (RODRIGUES, 2001, p.10).

As escolas hoje oferecem regularmente a disciplina de cooperativismo com uma carga horária média de 80 horas. Milton, Jader, Valdir, Rubens e Israel estudaram nas escolas agrotécnicas antes do ano de 1985, portanto não tiveram essa disciplina no currículo escolar, porém, era conteúdo da disciplina de administração rural, oferecida no 3º ano do curso técnico, ficando a critério de cada professor a maneira e a forma de seu desenvolvimento.

Eram oferecidos, também, cursos extras de cooperativismo, aproveitando os recursos humanos existentes na Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), a própria estrutura da COAGRI, além da contribuição de profissionais da região de localização das cooperativas, com a finalidade de suprir a inexistência da disciplina de associativismo.

Em função de o curso técnico acontecer em tempo integral, somente o período noturno e algumas horas durante o dia, feriados e finais de semanas restavam para se dedicarem aos afazeres da Cooperativa-Escola. Isso exigia, e ainda exige, um desdobramento a mais para aqueles que se dispuseram a assumir cargos nos conselhos.

Eram dispensados durante o período em que a sua turma se deslocava para as unidades educativas de produção com a finalidade de realizar a manutenção dos projetos de produção, tendo então, um tempo maior para as atividades cooperativistas.

Essa situação se apresenta nos relatos dos entrevistados:

Existia uma escala, tínhamos um certo tempo, o Professor Coordenador acompanhava e coordenava as atividades. Era bastante sério o trabalho, a Direção da escola dava total apoio, empenhava mesmo, até porque toda a sua produção passava pelas mãos da cooperativa (Renancildo – EAF Cáceres/MT).

Quando a gente propõe a fazer alguma coisa, você tem que utilizar as horas vagas, a Cooperativa-Escola nunca me atrapalhou, pelo contrário, sempre me ajudou, fiz isso nas horas vagas, sábados, domingos, feriados, intervalos de aulas e almoços, ou seja, na hora que dava certo, desdobrando, fazendo render o tempo. Um aprendizado, a aproximação com direção da escola e outros líderes cooperativistas. Foi um excelente aprendizado (Milton CEFET Rio Verde/GO).

À vontade de fazer a escola da gente ser um diferencial, e com aquelas noções recebidas, a criatividade dos alunos, aquele monte de pessoas querendo produzir, uma fase de muito ímpeto dos jovens, e a vontade que essa energia fosse para a produção, né,(sic) e a cooperativa era uma oportunidade. Na época tínhamos o Laboratório de Práticas e Produção, do qual o aluno participava, produzia, claro com a orientação dos professores (Milton CEFET Rio Verde/GO).

Essa idéia sobre o cooperativismo entre capitalismo e socialismo vem reforçar o pensamento de Rodrigues (2001) quando o autor considera que o cooperativismo é como um rio entre duas margens, e que serve como opção entre esses dois regimes.

Os entrevistados afirmam que a oportunidade de dirigir, coordenar e participar de reuniões, administrar a Cooperativa-Escola e comunicar-se com clientes, empresários e políticos, contribuiu para que se tornassem mais desinibidos e seguros.

[...] quando eu tive a oportunidade de estar na “pasta” de relações públicas, negociávamos com outras instituições, outras entidades, negociando até com políticos de nossa cidade, foi um aprendizado, praticando você não esquece, mudei minha maneira de chegar, porque até mudou meu jeito de ser, me deixou mais desinibido e eu era, tinha problema de inibição e foi superado, tenho facilidade de pegar o microfone, falar em público, saber usar uma plenária, fui articulando, buscando conhecimentos, colocando em prática, então aprendi muito (Rubens, EAFCáceres/MT).

Fazer as atividades da Cooperativa-Escola, atender as demandas financeiras dos projetos com recursos financeiros escassos e, às vezes, atrasados eram desafios constantes

enfrentados pelos dirigentes. Isso fazia com que pudessem aprender a gerenciar de forma eficiente, aplicando os conhecimentos teóricos que adquiriam. Segundo um dos entrevistados,

Na cooperativa você tem escassez de recursos, você tem uma sociedade de pessoas, com necessidades, vontade de crescer. Veja só o símbolo do cooperativismo: dois pinheiros apontando para cima e envolvidos por um círculo. Tem que crescer sempre. A união prevalece, faz a diferença. A carência de recursos, vontade de estabelecer num setor ou local, então sempre trabalhando com limitação de capital, vindo dos próprios cooperados, é uma experiência que aprendi na Cooperativa-Escola. Além das pessoas, na sua maioria, não terem conhecimentos práticos e nem teóricos de cooperativismo, aprendendo naquele momento. Esse aprendizado é fundamental, ajuda não só os integrantes da administração da cooperativa, mas também todos os alunos que naquele momento participam enquanto cooperados (Milton – CEFET Rio Verde/GO).

É unânime para os entrevistados a importância de estudar em uma escola agrotécnica que oferece, para a maioria dos alunos, o internato e o refeitório a preços subsidiados, e em algumas situações com isenções. Esses benefícios permitiam a muitos alunos permanecerem estudando e alcançar, em três anos de curso, o nível técnico e, em seguida, atuar profissionalmente, como é o caso de todos os entrevistados que, logo após a sua formatura, começaram a trabalhar, na maioria dos casos em órgãos públicos que atuam no ensino, pesquisa ou extensão rural.

Para os entrevistados acerca dos motivos que levaram a buscarem o curso numa escola agrotécnica, a questão das facilidades financeiras oferecidas aparece como um fator preponderante:

Fui para o CEFET-Rio Verde, por ser uma escola conceituada. Sou de família pobre, tinha convicção de ir para o mercado de trabalho de forma mais rápida. Optei pela escola para fazer o curso de Técnico em Agropecuária, porque lá eu teria alimentação, hospedagem e já saía para o mercado de trabalho pelo menos cinco anos antes. Assim que terminei o curso fui trabalhar na própria escola, permanecendo lá por vários anos (Valdir CEFET Rio Verde/GO).

Pura necessidade, não tinha condição de pagar um lugar para estudar. Na escola, o custo era praticamente zero, comia e dormia praticamente de graça. Na minha cidade não tinha 2º grau. Eu tinha procedência rural, necessitava de alimentação e moradia, não tinha condição de pagar aluguel. A escola agrotécnica foi à via encontrada. Saía de casa com a passagem de ida e volta somente. Era necessidade mesmo. Lamento o CEFET estar

encolhendo o número de vagas de alojamentos e confesso: se não fosse isso, eu não tinha estudado mesmo (Milton – CEFET-Rio Verde/GO).

Quando era mais rapazinho, não tive a oportunidade de estudar, na época certa. Era muito difícil, que vinha da camada popular, tinha que trabalhar para ajudar a sustentar a minha família. Mas sempre tinha um sonho de estudar no CEFET de Rio Verde. Depois de adulto tive condições de fazer um curso no período matutino e não só tive a oportunidade de estudar lá como fui também Presidente da Cooperativa-Escola dos alunos (Valtemir, CEFET-Rio Verde/GO)

Nos exemplos demonstrados na história de Renancildo, que teve como seu primeiro emprego a Cooperativa de Criadores de Jacaré do Pantanal e Milton que em seu segundo emprego atuou durante 09 anos, como funcionário na Cooperativa Agropecuária AGROVALE, cooperativa de produtores rurais do município de Quirinópolis-GO e cidades circunvizinhas. Vindo posteriormente a fazer parte do Conselho de Administração desta mesma cooperativa, durante o período de 04 anos. Nota-se a tendência de continuidade desses egressos para o campo do cooperativismo.

Outro fator de grande relevância é que eles geralmente atuam em um tipo de instituição associativista. Dos entrevistados, apenas um faz escolha diferente, seguindo a carreira militar, na função de Policial Rodoviário Federal, locado na cidade de Rio Verde-GO.

A importância da qualificação recebida para a Cooperativa-Escola na trajetória profissional fica evidenciada pela afirmação de Renancildo:

Ao formar, fui trabalhar numa cooperativa. Lá dentro tive bastante qualidade tanto na parte técnica e administrativa, porque já tinha uma experiência teórica e prática, conhecimentos adquiridos por ter administrado uma Cooperativa-Escola (Renancildo – EAF Cáceres/MT).

Milton, Valdir e Jader atuaram como professores, reforçando a influência pedagógica que tiveram na Cooperativa-Escola na formação profissional dos cooperados. E nessa atuação, procuraram trabalhar suas aulas com uma participação coletiva e interação com outros colegas professores. Dessa forma, influenciado por essa formação, utilizar no magistério os princípios básicos do cooperativismo.

Até na sala de aula tenho falado muito de cooperativismo, estimulo os estudantes a se organizarem, ministro palestras por aí a fora. Sempre que posso visito cooperativa, discutimos o cooperativismo. Estou ligado, todos os dias, com o programa de rádio da cooperativa de nossa região (Milton – CEFET Rio Verde/GO).

Fui Professor depois de formado, e era muito interessante. Não deixamos de falar sobre cooperativismo, passei a gostar, comentava bastante. Enquanto ministrava as aulas de olericultura, eu desenvolvia o cooperativismo, criávamos grupos de trabalho, fornecia os recursos necessários e eles desenvolviam seus projetinhos. Era tudo informal, mas funcionava. E isso desenvolveu até na suinocultura, avicultura e nas culturas perenes. Era muito interessante (Valdir – CEFET Rio Verde/GO).

Portanto, os relatos apresentados reforçam a hipótese de que a participação na Cooperativa-Escola influenciou, efetivamente, a formação pedagógica dos alunos. O capítulo V enfoca a importância da participação nas Cooperativas-Escolas na formação política de seus cooperados.

CAPÍTULO V

A PARTICIPAÇÃO DOS ALUNOS NA COOPERATIVA-ESCOLA: DIMENSÕES POLÍTICAS

Os relatos apontam para a importância da participação em cooperativas no sentido de esta ter influenciado na educação política dos entrevistados, preparando-os para uma atuação mais politizada e consciente na sociedade. Fica evidente o fato da vivência cooperativista ter fortalecido esses egressos no sentido de participação nas problemáticas de suas comunidades e na tomada de decisões, tanto individuais quanto coletivas.

Quanto à origem, como já mencionado, os egressos entrevistados são todos oriundos do meio rural. Eles enfatizaram a importância política da sua entrada na escola agrotécnica como oportunidade única de continuar seus estudos, pois vinham de camadas populares, com poucos recursos financeiros. A escola passou a ser um referencial de grande relevância para esses estudantes. Ao iniciarem seus estudos, adquiriam informações da estrutura organizacional da escola e verificavam a existência de possibilidades de expandir os conhecimentos técnico-científicos, como compreendiam as possibilidades de inserção social e política aberta a partir de sua formação agrotécnica.

As Cooperativas-Escolas absorvem a maioria dos estudantes e, anualmente, são eleitos novos diretores e conselheiros, oportunizando assim, que um grande número de alunos façam parte de sua administração. É desse modo que se desencadeia o início da militância política desses estudantes. Afirmam alguns entrevistados:

Existia uma cooperativa, ela estava praticamente morta, a turma nossa ressuscitou-a, veio a idéia de levantá-la, já havia a estrutura, só estava adormecida e nós levantamos, e até certo ponto foi sucesso, a parceria com professores fez manter algumas coisas na escola, e daí para frente iniciou-se

a cooperativa com o espírito cooperativista, de pouco lucro e muito trabalho (Jader – CEFET Rio Verde/GO).

Eu, Juarez, Vilson, meus irmãos, tinha um bocado de gente, vários colegas, tínhamos dificuldades enormes, apoio logístico, faltavam materiais, uma série de laboratórios para experiência técnica, mas tínhamos que superar isso de acordo com as experiências que a gente faziam, atividades sociais, Os colegas depositaram confiança em mim, achavam que era capaz de ser secretário da Cooperativa-Escola, sempre ocupei cargos, fui presidente do grêmio estudantil, orador de turma, sempre atuei em lideranças... mas foi na nossa turma que implantou a Cooperativa-Escola, até então só existia o Grêmio Estudantil Tiradentes, depois a escola abriu uma abertura para agregar valor na sua produção, com novos serviços, surgiu então a cooperativa, participamos da administração, organizamos a casa, daí para frente fomos para a vida profissional e ficou para as outras turmas a continuidade das atividades estudantis (Israel CEFET Cuiabá/MT).

O desenvolvimento da prática política entre os alunos da cooperativa se dava quando as eleições para a diretoria eram deflagradas. Tanto os alunos que estavam começando quanto os que já estavam na escola podiam participar. Desde a apresentação dos nomes para apreciação dos cooperados até a sua conclusão, tinham que fazer todo o trabalho: registrar chapas, aguardar aprovação dos nomes, fazer campanha, panfletagem e apresentar programas de ação.

Os entrevistados afirmaram ser um momento ímpar em suas vidas, pois a concorrência fazia com que houvesse um trabalho responsável, de propostas adequadas, com participação dos cooperados e isso trazia um certo destaque aos participantes das chapas que pleiteavam os cargos de conselheiros.

As eleições para os Conselhos ocorrem anualmente, durante a assembléia geral, com apresentação de chapas e ao instalar o processo eleitoral a assembléia é soberana quanto à forma de deflagrar o voto, como relata um entrevistado:

Apresentavam duas ou mais chapas, tinham todo o processo, disputas acirradas, não tinha muita boca pequena não, o negócio era de arrebentar a boca do balão, mas era muito democrático, voto secreto e às vezes direto (Israel, CEFET-Cuiabá/MT).

A importância da Cooperativa-Escola na formação política é demonstrada nas falas dos entrevistados quando mencionam a participação nesta como um espaço de crescimento e aprendizagem política:

Respeitar os direitos dos outros. Questão importantíssima quando quer trabalhar com o associativismo é você saber ouvir, mais do que falar, o respeito mútuo com as pessoas que convivem com você. Isso a cooperativa possibilita claramente. Por isso, carrego aquele estigma das pessoas me procurarem. Trouxe bastante importância na minha trajetória política e profissional (Israel – CEFET Cuiabá/MT).

Uma questão muito importante, eu sempre gostei de desenvolver alguma coisa na área social, tivemos a oportunidade de fazer o discurso de inauguração da cooperativa, estavam presentes autoridades municipais, estaduais, Ministro da Educação, representante do Ministro da Agricultura, todos vieram para o lançamento da Cooperativa-Escola. Foi quando tive a oportunidade de fazer um discurso. Foi o primeiro contato com políticos. Foi muito valioso, começou a despertar, a gente participava da política, o homem não vive sem fazer política e isso me despertou muito para esse lado (Valdir – CEFET Rio Verde/GO).

Ao iniciarem sua vida profissional, as oportunidades de emprego surgidas eram vistas como forma de expansão desse conhecimento político sem desassociar do pedagógico. Em suas práticas esses alunos tinham que organizar produtores e trabalhadores rurais em associações e cooperativas e, politicamente, adotavam estratégias fundadas em princípios cooperativistas para a organização dessas pessoas.

Nesse processo, marcavam-se reuniões de mobilização e discussão da constituição ou não da cooperativa ou associação, elaboravam-se estatutos, colocavam-se em apreciação para os futuros associados e realizavam-se assembléias de constituição, elegiam-se dirigentes e efetuavam-se os registros legais da sociedade constituída.

Segundo um entrevistado:

Na extensão rural você trabalhava com projetos de organizações rurais e, quando você vai trabalhar com essas pessoas, que entendem pouco de sociologia, não conhecem como funcionam as coisas tivemos que atuar com isso. E a EMPAER tinha essa meta, de fazer organizações rurais. Veja só como as coisas funcionavam: criávamos as associações de pequenos produtores, que, futuramente, transformavam-se em cooperativas de produtores rurais para organizar a produção e o trabalho no campo. Se forem visitar os assentamentos da região de Denise, você verá cooperativas que foram implantadas na minha época e que existem até os dias de hoje, pois teve um trabalho muito forte de base. Isso eu fiz durante esses 24 anos de profissão, agregavam núcleos de produtores, criava associações e depois cooperativas. É o anseio de colocar em prática o que temos de teoria. Ficou a marca me chamam de “Israel da extensão” e não de prefeito (Israel CEFET Cuiabá/MT).

Dos entrevistados, cinco sujeitos são filiados a Partido Político, e dois, Milton e Rubens não pertencem a nenhum. Dos filiados, Israel é do Partido Progressista, e pela 3ª vez, Prefeito Municipal do município de Denise-MT¹⁷.

O que me garantiu a ser eleito por três vezes prefeito de Denise, foi o trabalho com projetos alternativos que aprendi enquanto estudante e participando da cooperativa. Na Prefeitura, coloquei tudo em prática, com maior facilidade, pois temos o recurso e a condição de trabalhar na mão. Faço isso em todas as gestões que atuei e o que era uma idéia, hoje é realidade (Israel, CEFET-Cuiabá/MT).

Renancildo é filiado ao Partido Progressista, teve atuação política ativa em vários municípios e atualmente ocupa cargo de confiança na atual estrutura do governo do Estado de Mato Grosso, relata ele:

[...] assumi por indicação política a Diretoria Regional da FEMA em Cáceres-MT. Hoje ocupo o cargo de coordenador das Regionais da FEMA no estado de Mato Grosso e Assessor do Secretário de Meio Ambiente do Estado de Mato Grosso, com escritório no Centro Político Administrativo em Cuiabá-MT. [...] fui Secretário Estadual do Partido Social Democrático Brasileiro e Delegado Nacional. Fui também, Secretário Parlamentar do Deputado Federal Pedro Henry e hoje sou membro do Diretório Nacional do Partido Progressista. Faço parte do Conselho Estadual de Defesa Agropecuária do Estado de Mato Grosso, sou Presidente do Centro Acadêmico de Direito da UNIC, Secretário Geral do Diretório Central dos Estudantes e, membro do Conselho Municipal do Meio Ambiente de Mirassol D'Oeste. Apesar da aptidão política tudo começou na escola, dando o primeiro ponta pé que foi ser Presidente da Cooperativa-Escola dos Alunos da Escola Agrotécnica Federal de Cáceres-MT (Renancildo, EAFCáceres/MT).

Valtemir apesar de ingressar na escola, já com uma militância partidária, pois era filiado ao Partido dos Trabalhadores, atua na esfera municipal na cidade de Rio Verde, sudoeste goiano, como podemos observar em seus comentários:

Eu quero ser Presidente da Cooperativa-Escola. Tive essa vontade quando conheci a estrutura da escola e percebi que na cooperativa poderia contribuir muito para a comunidade. Por ser filiado ao Partido e já atuando

¹⁷ Localizada no sudoeste mato-grossense, e na micro região Tangará da Serra, predomina a exploração da cultura de cana-de-açúcar, com uma população em torno de 8162 habitantes, com uma área de 1.301 Km².

na Prefeitura, na Secretaria Municipal de Ciência e Tecnologia de Rio Verde, onde atuo até os dias de hoje, foi ótimo, pois tive o respaldo da Secretária e ela me deu a condição de dedicar o tempo de trabalho na cooperativa. Foi ótimo. Trabalhei bastante. Tinha um relacionamento excelente com a comunidade escolar. Fizemos um excelente mandato, isso foi comprovado pelos colegas, pois conseguimos eleger uma chapa que apoiamos e que tinha propósito de dar continuidade aos nos nossos trabalhos (Valtemir, Rio Verde/GO).

Somente Valtemir afirmou ter vínculo político partidário mesmo antes de ingressar na Cooperativa-Escola, mas, não descartou o crescimento que teve com essa experiência. Por ser uma experiência diferenciada, pois eram em torno de 1.500 alunos cooperados e que necessitavam dos serviços possíveis de serem realizados pela Cooperativa-Escola.

Sempre participei do Partido dos Trabalhadores desde 1988, fui filiado tinha noção, isso me ajudou muito. [...] antes de ir para a escola eu já tinha um cargo comissionado na prefeitura de Rio Verde-GO. A Secretária era muito amiga da gente, ao ganhar a eleição eu conversei com ela e expliquei que no CEFET, tinha uns mil e quinhentos alunos, fui eleito a presidência, pedi a ela para que pudesse me dedicar mais em prol dos alunos, e ela me liberou para que pudesse exercer melhor esse trabalho, e fiquei a disposição da Cooperativa-Escola, quer dizer, ficava de manhã a tarde e a noite dentro do CEFET e foi excelente. [...] tive a oportunidade de sair candidato a vereador, ia sair representando os alunos do CEFET, eu ganhei duas eleições lá dentro, tinha pré-requisitos, tinha base, tinha apoio de toda a comunidade. Poderia até não ganhar, mas tinha grande chance e apoio do pessoal lá de dentro (Valtemir, Rio Verde/GO).

Em um mesmo período ele conseguiu ser eleito para Diretor Presidente da Cooperativa-Escola e representante do segmento estudantil no Conselho Diretor do CEFET-Rio Verde-GO, façanha que ele afirma ser um grande mérito da sua parte, pois sempre procurou trabalhar de forma séria e com humildade. Destacou o fato disso tudo ter ocorrido em um espaço muito curto de tempo, aproximadamente 02 anos.

Jader é filiado ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro, já foi candidato a Vereador por duas vezes em Rio Verde-GO, em uma delas foi eleito suplente. Comenta:

Fui candidato a vereador por duas vezes, cheguei a ser suplente em uma das eleições. Mas essa política é muito ruim, não temos partido forte, e acaba tendo uma pluralidade de partidos, o que chamamos de partidos ‘nanicos’, partidos de ‘aluguéis’, não tendo coesão partidária e idealismo [...] na atual conjuntura estamos regredindo, principalmente na educação. Crescem as

escolas particulares, que abocanham as escolas públicas e podam a oportunidade de quem não tem dinheiro para estudar. Eu posso chamar isso de um novo tipo de escravidão. Veja só o interessante: antes você tinha uma escravidão, onde você trabalhava para o senhor e sem receber nada. Hoje você trabalha para esse senhor e recebe uma miséria por isso. A oportunidade de participar na Cooperativa-Escola me possibilitou um censo crítico (Jader, CEFET-Rio Verde/GO).

Jader, apesar de ter participado da Cooperativa-Escola, demonstra em seu relato certa insatisfação com a forma de administrar as cooperativas e relaciona isso com a questão de gestão política mais ampla, comenta:

Tenho um certo receio com relação às cooperativas de um modo geral, devido às fragilidades de gestão. Na maioria das vezes, os dirigentes aproveitam o cargo para benefício próprio esquecendo do papel fundamental da cooperativa que é o princípio da igualdade. Por isso me deixa um pouco receoso, mas não descarto a importância da mesma quando bem gerenciada (sic) (Jader – CEFET Rio Verde/GO).

Valdir é filiado ao Partido Liberal, mas diz não ter tido a oportunidade até o momento de ocupar cargo político (sic), deixando claro seu interesse em participar de alguma forma:

Não atuo no campo político porque faltou oportunidade, oportunidade que a gente diz, de entrar planejado, hora certa, e a cooperativa dá para gente um espírito crítico da realidade política, então a gente cresce com isso (Valdir, CEFET-Rio Verde/GO).

Milton e Rubens afirmaram não serem filiados a nenhum Partido Político, mas estão sempre envolvidos com os movimentos sociais da região devido às funções administrativas em seus trabalhos:

Acho que a política de classes, associativismo, é mais produtiva que a política partidária. Não tenho cacoete para política, quero que todos tenham um comprometimento não só com a sociedade, mas com o crescimento, com igualdade das pessoas, sempre busco uma cooperação, mas sem filiar em nenhum partido. Não ser filiado a nenhum partido, não é empecilho nenhum para mim, convivo com todos os candidatos, dou bem com todos, acho que se filiar a algum partido não vai estorvar alguma coisa, mas sempre achei melhor me preservar (Milton, CEFET-Rio Verde/GO).

A Cooperativa-Escola tornou-se um referencial para esses jovens, propiciando uma consciência política que pode levar a uma atuação diferenciada na comunidade ao mesmo

tempo fazendo com que eles tenham um olhar crítico acerca do significado político do cooperativismo na construção de uma sociedade democrática. Observe a fala de Milton:

Parte da produção ia para a cooperativa, e poderíamos estar ganhando alguma coisa nesses projetos. A receita financeira excedente era dividida para os alunos, e isso era um incentivo a mais. Gostei da idéia. Nós somos um país capitalista, o capitalismo e o cooperativismo têm que estar um próximo do outro, sem exclusão de nenhum. A gente chamava isso de uma ação empreendedora, você usava uma idéia para um benefício coletivo e ao mesmo tempo aprendia muito (Milton, CEFET-Rio Verde/GO).

O relato apresentado faz a ligação entre os preceitos cooperativos relacionados à divisão igualitária dos lucros e a ênfase na produção de acordo com o modelo capitalista. Nesse sentido fica claro, a partir do relato, que para o entrevistado é possível uma forma de organização política em que se priorizem os resultados e os interesses da coletividade.

Assim, a partir dos resultados das entrevistas podemos concluir que a prática cooperativista conseguiu ampliar a consciência política nos egressos das Cooperativas-Escolas, produzindo um sujeito mais ativo, consciente, e politicamente preparado para o mercado de trabalho e par uma convivência social alicerçada em valores mais democráticos.

CONCLUSÕES

Não pode haver cooperação sem cooperadores, e os cooperadores,
Diferentemente dos poetas, não nascem, se fazem.
William P. Watkins

Desde a primeira cooperativa formalmente criada em Rochdale na Inglaterra, a coluna central das cooperativas é a transmissão, defesa e respeito aos seus princípios e valores.

É a garantia de que os ensinamentos da prática cooperativa vão ser perpetuados nas Cooperativas-Escolas que faz dessas um espaço tão brilhante de aprendizado político-pedagógico.

Praticar os princípios além de desenvolver atividades que levam a um aprender fazendo, com vistas a garantir ao aluno a execução de processos das cadeias de produção, voltadas para a agricultura ou áreas correlatas de modo mais ampliado, é a máxima das Cooperativas-Escolas nas EAFs e CEFETs.

A proposta inicial da Cooperativa-Escola é mudar o comportamento do cooperado, no sentido de transformar seu perfil de associado desmotivado e desinteressado, não participativo, individualista e competitivo para um perfil de associado bem informado, solidário, motivado e participativo.

Para Schneider (2003) educar para a cooperação é uma tarefa difícil num país em que as pessoas nascem e vivem num contexto de competitividade e concorrência, num modelo de sociedade que reforça o 'cada um por si'. Os conteúdos da educação cooperativa devem levar

em conta tanto a formação cooperativista quanto a prática da cooperação, com suas metodologias e estilos adequados de condução do processo cooperativo.

A educação doutrinária é fundamental, pois é ela que, por meio dos valores e princípios, dá sentido a todo o processo, que incentiva e direcionam todas as atividades e práticas cooperativas em prol de maior bem estar e dignidade às pessoas que compõem a cooperativa. Porém, a dimensão doutrinária, para atingir com eficiência seus objetivos, requer o uso de práticas, metodologias e tecnologias adequadas (SCHNEIDER¹⁸, 2003, p.14).

Portanto, a doutrina cooperativista é a que oferece suporte ao processo educacional das Cooperativas-Escolas, de modo a preparar seus alunos para a prática e vivência desses preceitos no seu processo de aprendizagem. O aluno obtém durante seus cursos técnicos a condição de se associar à cooperativa e, assim, desenvolve juntamente com as instruções próprias do curso, experiências que lhe permitem ampliar capacidades e habilidades de cooperação e de trabalho em grupo. Essas capacidades e habilidades podem influenciar sua vida futura, tanto profissional quanto política.

Nesse sentido, podemos ressaltar algumas conclusões retiradas da pesquisa e que serão aqui elencadas e tratadas com o apoio de um universo conceitual e prático, como as que se destacaram nos resultados obtidos nesse trabalho, através dos estudos de teorias ligadas à temática e das entrevistas efetuadas com os egressos.

O período de permanência na cooperativa é curto, impossibilitando um maior envolvimento do cooperado com as coisas da cooperativa. O que não significa que o tempo de experiência não tenha sido suficiente para envolvê-los politicamente ou para produzir aprendizagens. De acordo com o resultado das entrevistas, a aprendizagem assim como o envolvimento político se caracterizaram e puderam ser identificados.

Um aspecto relevante a ser considerado é a questão da idade dos estudantes, em torno de 15 a 18 anos. De acordo com as normatizações da cooperativa, para se ocupar cargo na diretoria é necessário a maior idade (18 anos). Esse fato, associado ao tempo de permanência na escola, acaba por dificultar a existência de cooperados em condições de exercerem atividades administrativas.

¹⁸ Extraído do texto: Pressupostos da educação cooperativa: a visão de sistematizadores da doutrina do cooperativismo.

A partir da análise dos documentos e dos relatos dos entrevistados, pode-se constatar a importância da participação desses jovens na administração e fiscalização da cooperativa, principalmente os de origem rural.

Podemos constatar também, que a participação na Cooperativa-Escola promoveu nos egressos uma condição diferenciada de participação nas suas comunidades de origem. Alguns chegando a exercer cargo público, a exemplo de Israel que foi eleito prefeito de seu município, pela 3ª vez, ou ainda, aqueles que se destacaram nos trabalhos de extensão rural, exercendo cargo em instituições públicas e em empresas cooperativas.

Constata-se também, que a prática cooperativa conseguiu reforçar valores que possibilitam o desenvolvimento de capacidades humanas que desenvolvem o processo de humanização e sociabilidade, numa perspectiva de desenvolvimento que proporciona amadurecimento e capacidades de negociação política, tanto na realização de atividades acadêmicas quanto na atuação fora da escola, voltada para a defesa de interesses coletivos mais solidários.

Esse amadurecimento reforça os preceitos cooperativos de ajuda mútua e solidariedade, valores a serem assumidos no processo de formação dos alunos como sujeitos específicos dos diversos ramos do cooperativismo.

Assim, podemos concluir que as Cooperativas-Escolas pesquisadas, através dos relatos dos egressos, tiveram influência na formação dos sujeitos de acordo com seus princípios e valores fundantes.

Concluimos que os entrevistados demonstraram, através dos relatos, um nível de entendimento satisfatório sobre a formação de instituições associativas e que as experiências teórico-práticas desenvolvidas na época da Cooperativa-Escola são percebidas como válidas no sentido de prepará-los para o mercado de trabalho.

Concluimos que apesar de alguns entrevistados não participarem atualmente de nenhuma cooperativa, participam de outros tipos de associação e de partidos políticos, utilizando os conteúdos e práticas aprendidas na Cooperativa-Escola para resolverem problemas atuais.

Assim, apoiados no que se apresenta nesse trabalho e instrumentaliza a resposta à indagação inicial que consiste em identificar se a participação na Cooperativa-Escola

influenciou de algum modo a trajetória política e profissional dos egressos selecionados, podemos afirmar que esse objetivo proposto se confirma na constatação de que sim, a prática cooperativa teve influência na vida desses alunos enquanto parte do processo educacional na escola e mesmo depois, na opção profissional e na condição de participação social e política voltada para a defesa de uma sociedade mais democrática e igualitária, atuação, aliás, condizente com o ideal cooperativista que vivenciaram.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOBBIO, N. **O futuro da democracia: uma defesa das regras do jogo.** Trad. de Marco Aurélio Nogueira. 6. ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1986.

BONATO, J. V. A. **Cooperativismo encontros e desencontros.** São Paulo: SP/CA – OCESP. 1994.

_____. **O ABC do cooperativismo.** São Paulo: SP/CA. 1994. p. 131.

CARRANO, P. C. R. **Juventudes e cidades educadoras.** Petrópolis,RJ: Editora Vozes Ltda. 2003.

CEDOPE/UNISINOS. A cooperação para as organizações populares. Série **Cooperativismo e desenvolvimento rural e urbano.** São Leopoldo: Unisinos. Ano 6, n. 12, 1994.

COAGRI. **Manual de instruções para organização e funcionamento de Cooperativas-Escolas nos estabelecimentos de ensino agrícola.** 3. ed.,Brasília, 1982.

CHAUÍ, M. Ideologia e educação. In: **Revista Educação e Sociedade**, n. 5, p.24-40. 1980.

FILHO, L. F. **Cooperativas escolares.** Rio de Janeiro, RJ: MA/SER. 4. ed., 1955.

FORACCHI, M. M. **A participação social dos excluídos.** São Paulo: Hucitec, 1982.

FURASTÉ, P. A. **Normas técnicas para trabalho científico.** 13. ed., Porto Alegre [s.ed], 2005.

FRANÇA, J. L. **Manual para normalização de publicações técnico-científicas.** 6. ed., Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

FRIGOTTO, G. Educação e formação humana: Ajuste neo conservador e alternativa democrática. In: GENTILI, P. **Neo liberalismo, qualidade total e educação.** 2. ed., Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

FREIRE, P. **A pedagogia da esperança**. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 1992.

_____. **Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

GAWLAK, A.; RATZKE, F. A. **Cooperativismo: filosofia de vida para um mundo melhor**. Curitiba: Sescop/PR - Ocepar, 2001.

MACEDO, K. B.; XIMENES, J. A. **Cooperativismo na era da Globalização**. Goiânia: Cooperativa das Unimeds GO/TO, 2001.

MAIA, I. **Cooperativa e prática democrática**. São Paulo: Cortez, 1985.

MONTORO, F. **Da ‘democracia’ que temos para a democracia que queremos**. Rio de Janeiro, 1974.

MORGADO, M. A.; SILVA, J. M. R. da. As canções do Movimento dos trabalhadores Rurais. Sem Terra- MST: Educação, Identificação e Cultura. In: **Revista de Educação Pública**. Cuiabá, v-9, n. 16, Jul-Dez. 2000.

MORGADO, M. A. **Da sedução na relação pedagógica: professor – aluno no embate com afetos inconsciente**. São Paulo: Plexus, 1995.

MOTTA, M. F. de V. **Educação e cultura popular: roteiro histórico de um equívoco**. 1986. Dissertação (Mestrado)- Universidade Federal de São Carlos, São Carlos: UFSCAR. 1986.

MÜLLER, M. S.; CORNELSEN, J. M. **Normas e padrões para tese, dissertações e monografias**. 5. ed., Londrina: Eduel, 2003.

NEVES, M. **Mudanças tecnológicas e organizacionais e os impactos sobre o trabalho humano**. Belo Horizonte: Editora Papiros, 1992.

OLIVEIRA, D. P. R. **Manual de gestão das cooperativas: uma abordagem prática**. São Paulo: Atlas, 2001.

OLIVEIRA, T. C. M. **Agroindústria e reprodução do espaço**. Campo Grande: Ed. UFMS, 2003.

PINHO, D. B. **O Pensamento Cooperativo e o cooperativismo brasileiro.** São Paulo: ENPQ, 1982.

_____. **Universidade, gênero e cooperativas:** OCB debatendo grandes temas do século XXI. Brasília: SESCOOP, 2000.

RECH, D. **Cooperativa:** uma alternativa de organização popular. Rio de Janeiro: DP&A 2000.

RODRIGUES, R. **A segunda onda cooperativa uma visão compartilhada.** Brasília: SESCOOP. Dinâmica Gráfica e Editora Ltda. 2001.

SCHNEIDER, J. O. **Democracia participação e autonomia cooperativa.** São Leopoldo: UNISINOS, 1991.

_____. **Educação cooperativa e suas práticas.** Brasília: SESCOOP. UNISINOS, 2003.

SESCOOP. **Manual de orientação para a constituição e registro de cooperativas.** 8. ed., Brasília, 2003.

SENNET, R. **A corrosão do caráter:** as conseqüências pessoais do trabalho no novo capitalismo. Trad. de Marcos Santarrita. Rio de Janeiro: Record., 1999.

SNYDERS, G. **Para onde vão as pedagogias não-diretivas.** Trad. de Ruth Delgado. 2. ed., Lisboa: Moraes Editores, 1978.

SOARES, W. J. **Escola rural de primeiro grau Padre Dionísio Kuduavicz:** Educação e consciência política na formação do trabalhador do campo. 2002. Dissertação (mestrado) Rondonópolis/Cuiabá, MT: UFMT.2002.

SOETHE, J. R. **Educação não formal e o fazer pedagógico.**

TEMP, L. H. **Cooperativismo idéias e tendências.** Gráfica Arcus, 2004.

VALADARES, J. H. **Cooperativismo:** Lições para nossa prática. Brasília: SESCOOP, 2003.

ANEXOS

ANEXO A

APRESENTAÇÃO DOS EGRESSOS DOS CEFETS E EAFS DA REGIÃO CENTRO-OESTE.

ISRAEL ANTUNES MARQUES atualmente é Prefeito Municipal de Denise-MT, onde reside desde 1981. É natural de São Luiz de Montes Belos-GO, 49 anos de idade, casado tem um filho e duas filhas, católico, filiado ao Partido Político Progressista-PP. É Técnico em Agropecuária formou-se pelo CEFET-Cuiabá, período de 1978 a 1980.

Exerceu na Cooperativa-Escola, no período de 1979 e 1980, fase de reestruturação da mesma, o cargo de 1º Secretário, sendo o responsável pela escrituração e registros de documentos da cooperativa. Foi também, durante o período escolar, Presidente do Grêmio Estudantil, líder e orador de turma.

Sua origem é o meio rural, filho de sitiantes, pequenos produtores, que migraram para Mato Grosso, fixando-se inicialmente na região de General Carneiro, mais tarde em Dom Aquino e por último no município de Santo Antonio do Leverger.

Logo depois de formado, seu primeiro e único emprego foi na EMATER-MT, iniciando em 1981. Em seguida ingressou-se na vida política. Foi Prefeito Municipal de Denise, nos períodos de 1989/1992, 2001/2004, e agora reeleito pela terceira vez para o mandato de 2005 a 2008. Enquanto extensionista da EMPAER, atuou na região onde é Prefeito, com metas de organizar os pequenos produtores em Associações e Cooperativas. Realizou com sucesso essa proposta. Dentre suas atividades legislativas desenvolve um trabalho muito relevante com jovens do seu município, elaborando projetos técnicos de fruticultura, onde os jovens atuam no campo, executando o projetado e, na outra parte do dia desloca à cidade para estudar. Fixando-os no campo e aproveitando a potencialidade de mão de obra dessas pessoas. Tem ligação com a associação de produtores de borracha.



Israel Antunes Marques - egresso CEFET-Cuiabá.

Fonte: arquivo pessoal do mestrando. Ano 2004.

A figura mostra Israel Antunes Marques, egresso do CEFET-Cuiabá, foto tirada no dia 10/11/2004, em Cuiabá, na sede da Associação Mato-grossense dos Municípios, no gabinete do Presidente, durante o momento da entrevista.

RENANCILDO SOARES DE FRANÇA atualmente é Coordenador das Regionais da Fundação Estadual de Meio Ambiente de Mato Grosso, natural de Cariri Açu-CE, 32 anos de idade, solteiro, não tem filhos. Evangélico Batista. É Técnico em Agropecuária formou-se pela Escola Agrotécnica Federal de Cáceres, onde estudou de 1989 a 1991. Há três anos reside em Cuiabá. Está cursando 4º período do Curso Superior de Direito na Universidade de Cuiabá-UNIC.

Seu primeiro emprego após concluir o curso técnico, foi na Cooperativa dos Criadores de Jacaré do Pantanal, período de 1993 a 1995. Depois assumiu, por indicação política a Diretoria Regional da FEMA em Cáceres-MT e, hoje, ocupa o cargo de coordenador das Regionais da FEMA no estado de Mato Grosso é Assessor do Secretário de Meio Ambiente do Estado de Mato Grosso, com escritório no Centro Político Administrativo em Cuiabá-MT.

Na Cooperativa-Escola dos alunos da Escola Agrotécnica Federal de Cáceres, exerceu os cargos de Conselheiro Fiscal e de Presidente, nos anos de 1990 e 1991, respectivamente.

É filiado ao Partido Progressista (PP). Exerce no partido e no governo, o cargo de Chefe da Unidade Regional de Cáceres. Foi Secretário Estadual do Partido Social Democrático Brasileiro e Delegado Nacional. Atuou como Secretário Parlamentar do Deputado Federal Pedro Henry e, hoje, é membro do Diretório Nacional do Partido Progressista. Faz parte do Conselho Estadual de Defesa Agropecuária do Estado de Mato Grosso e, do Conselho Municipal do Meio Ambiente de Mirassol D'Oeste. É Presidente do Centro Acadêmico de Direito e, Secretário Geral do Diretório Central dos Estudantes.



Renancildo Soares de França – egresso EAF Cáceres.

Fonte: arquivo pessoal do mestrando. Ano 2004.

A figura mostra Renancildo Soares de França, egresso da EAF Cáceres-MT, foto tirada no dia 18/11/2004, em Cuiabá, na sede da Fundação Estadual do Meio Ambiente de Mato Grosso-FEMA, no seu escritório, durante o momento da entrevista.

RUBENS DE PINHO FILHO é Gerente do Escritório Regional do SEBRAE em Cáceres-MT, natural de Campinas-SP, 41 anos de idade, católico, associado ao Rotary Clube do Brasil, sem filiação partidária. Casado, tem uma filha com 11 anos e um filho com 03 anos de idade. Residente em Cáceres-MT é Técnico em Agropecuária, formado pela EAFC-Cáceres, período de 1981 a 1983. Especialista em apicultura, em 1988, pelo Instituto de Zootecnia Pindamonhagaba-SP. Estagiou no Japão, em Ohito, durante o mês de junho/2002, pela Assoc Moqti Oqada, na área de agricultura natural. É especialista em gestão de pessoas, pela Fundação Dom Cabral-MG, realizado em Maceió-AL, concluindo em 2004, e atualmente faz em Cáceres-MT o curso de Administração, 1º período, pela Universidade Norte do Paraná.

Participou na Cooperativa-Escola, exercendo os cargos de Relações Públicas (1981), Vice-Presidente (1982) e por último Secretário (1983).

Tem sua origem rural, por parte do seu avô, grande proprietário no município de Cáceres-MT, com exploração de gado de corte, além de ser comerciante nessa cidade.

Há 17 anos é funcionário do SEBRAE-MT. Ocupa a Gerência do escritório de Cáceres, responsável pela região Sudoeste de Mato Grosso. Iniciou sua carreira profissional na Empresa Mato-grossense de Pesquisa Agropecuária-EMPA, hoje EMPAER. Desenvolve, entre outros, projetos na área de apicultura. Assessorou no ano de 2002 a formação de uma Associação de Apicultores do Alto Pantanal, hoje com 26 associados, com área de ação na grande Cáceres. Além da organização desse APL-arranjo produtivo local, para sustentabilidade da apicultura no Sudoeste Mato-grossense é gestor desse projeto, desenvolvido com parcerias entre SEBRAE e EAFC-Cáceres. Já editou dois livros, com o título Criação de Abelhas, série agroindústria, pela Editora SEBRAE-MT.



Rubens de Pinho Filho – egresso EAF Cáceres.
Fonte: arquivo pessoal do mestrando. Ano 2004.

A figura mostra Rubens de Pinho Filho, egresso da EAF Cáceres-MT, foto tirada no dia 13/11/2004, em Cuiabá, no Centro de Eventos Pantanal, no escritório, durante o momento da entrevista.

MILTON BERNARDES FERREIRA é Professor e Diretor do Curso de Administração da Faculdade Almeida Rodrigues em Rio Verde-GO. Natural de Cachoeira Alta-GO, 46 anos de idade, casado, tem uma filha com 20 anos e um filho com 14 anos de idade, Evangélico, sem filiação partidária. Residente em Rio Verde-GO, desde 1991, é Técnico em Agropecuária, formado pelo CEFET-Rio Verde-GO, na turma que concluiu em 1979. Administrador de Empresas, pela Faculdade acima mencionada, em 2004 obteve o título de Mestre em Administração de Empresas com Estratégias de Negócios, pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

Sua origem é do meio rural. Seus pais exploravam a criação de bovino de corte na forma extensiva, com propriedade no sudoeste goiano.

Após a conclusão do curso técnico, iniciou-se trabalhando em uma empresa de vendas de fertilizantes, ocupando o cargo de Supervisor de Vendas. Retornou depois de um tempo para a fazenda, onde trabalhou por uns 07 anos. Daí empregou-se em uma Cooperativa Agropecuária (AGROVALE), Quirinópolis-GO, no cargo de Superintendente de Compras. Participou do Conselho de Administração dessa cooperativa por 04 anos. Coordenou a constituição do curso de administração, na faculdade onde leciona, e atualmente ocupa a função de Coordenador desse curso. É proprietário rural na região de Goiás, explorando a criação de pecuária de corte.

Na COESA Cooperativa-Escola dos Alunos do então Colégio Agrícola de Rio Verde, hoje denominado de CEFET-Rio Verde-GO, ocupou, no ano de 1979, o cargo de Presidente, numa condição muito interessante: os cooperados não deixaram o candidato eleito tomar posse e ele acabou sendo indicado a assumir a vaga. Empossado desenvolveu as funções que o cargo exigia.



Milton Bernarndes França – egresso CEFET-Rio Verde.

Fonte: Arquivo pessoal do mestrando. Ano 2004.

A figura mostra Milton Bernardes Ferreira, egresso do CEFET-Rio Verde-GO, foto tirada no dia 04/11/2004, em Rio Verde-GO, na Faculdade Almeida Rodrigues, no seu escritório, durante o momento da entrevista.

VALDIR ALVES DA SILVA é empresário do ramo imobiliário em Rio Verde-GO, natural de Morrinhos-GO, 49 anos de idade, Evangélico, filiado ao Partido Liberal-PL, nunca exerceu função política. Casado, tem três filhos, 22, 18 e 08 anos de idade. Reside em Rio Verde-GO. Egresso do CEFET-Rio Verde-GO cursou Técnico em Agropecuária no período de 1977 a 1979. Em 1986, concluiu o curso superior em Ciências Agrícolas, pela Universidade Federal de Lavras-MG. Fez Metodologia de Ensino Superior em 1987, pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro, em 1996, fez o curso de especialização em Administração Imobiliária pela Faculdade Meratum/São Paulo-SP. É Empresário de sucesso no ramo imobiliário na cidade onde mora e exerce, também, a função de corretor imobiliário.

Sua origem está vinculada ao meio rural na condição de pequeno produtor na forma de agregado. Plantava-se na propriedade de um fazendeiro e, em contra partida, repassava-lhe um percentual de produto equivalente à área plantada, estipulado em forma de contrato de parceria.

Teve a oportunidade de ser Professor no CEFET-Rio Verde-GO, logo após a formação de Técnico em Agropecuária. Ali permaneceu, profissionalmente, durante 12 anos, tempo em que estruturou junto com a sua esposa a empresa imobiliária. Afastou-se do Serviço Público. Em sua empresa trabalha de forma coletiva, agrupando os corretores imobiliários para a comercialização e locação de imóveis.

Na Cooperativa-Escola dos alunos da Escola Agrotécnica Federal de Rio Verde, foi Presidente por um ano, em 1979. Nesse período fundou e regularizou definitivamente a Cooperativa-Escolar, e realizou pela primeira vez em sua vida, um discurso, o de inauguração e lançamento da cooperativa.



Valdir Alves da Silva – egresso CEFET-Rio Verde.

Fonte: arquivo pessoal do mestrando. Ano 2004.

A figura mostra Valdir Alves da Silva, egresso do CEFET-Rio Verde-GO, foto tirada no dia 04/11/2004, em Rio Verde-GO, na sala de reuniões da Imobiliária Rei, durante o momento da entrevista.

VALTEMIR LUIZ DOS SANTOS é Diretor da Secretaria de Ciências, Tecnologia e Cultura de sua terra natal, município de Rio Verde-GO, 35 anos de idade, solteiro, tem uma filha. É filiado ao Partido dos Trabalhadores-PT, desde 1988. É Técnico em Informática, e, atualmente, faz o 2º período do Curso de Cooperativismo, no CEFET-Rio Verde-GO.

Tem sua origem de classe popular, trabalhador rural, nunca teve propriedade. Perdeu o pai muito cedo e teve que trabalhar para ajudar a família a sustentar o lar.

Ingressou no CEFET, já com 31 anos de idade, exerceu o cargo de Presidente da Cooperativa Escola dos alunos do CEFET-Rio Verde-GO, período de 2000/2002, e, em seguida, foi eleito pelos estudantes para representá-los junto ao Conselho de Diretor do Centro Federal. Para exercer essas funções foi liberado com ônus da sua função na Prefeitura Municipal, onde exercia na Cooperativa-Escola a prestação dos serviços de caráter social.

É membro do diretório do PT, ocupa o cargo de Diretor na Secretaria Municipal de Ciências, Tecnologia e Cultura de Rio Verde.



Valtemir Luiz dos Santos – egresso CEFET- Rio Verde.
Fonte: arquivo pessoal do mestrando. Ano 2004.

A figura mostra Valtemir Luiz dos Santos, egresso do CEFET-Rio Verde-GO, foto tirada no dia 04/11/2004, em Rio Verde-GO, na Secretaria de Ciências, Tecnologia e Cultura, no seu escritório, durante o momento da entrevista.

JADER JONAS DE ARAÚJO é Policial Rodoviário Federal, natural de Serra da Canastra, 43 anos de idade, casado, tem um filho com 18 anos e uma filha com 15 anos de idade. Filiado ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro-PMDB, Reside em Rio Verde-GO. É Técnico em Agropecuária, formado pelo CEFET-Rio Verde-GO, em 1979. Atualmente está cursando o último período de Pedagogia na Faculdade Integrada de Cassilândia-MS.

Tem origem do meio rural. Seus pais foram meeiros, cultivando, na maioria das vezes, culturas para subsistência e cuidando da terra do patrão.

Ministrou aulas durante 05 anos em escolas do município de Rio Verde. Foi candidato a vereador por 02 vezes nas últimas eleições, sendo que numa dessas chegou a suplente. Escreveu um livro que tratou da imigração mineira e nordestina para a região Centro-Oeste, intitulado “Taperas”, editado pela Editora Kelps no ano de 2003.

Na Cooperativa-Escolar do CEFET-Rio Verde-GO, exerceu o cargo de Secretário no ano de 1979, período em que ocorreu a reorganização da sociedade.



Jader Jonas de Araújo – egresso CEFET-Rio Verde.
Fonte: arquivo pessoal do mestrando. Ano 2004.

A figura mostra Jader Jonas de Araújo, egresso do CEFET-Rio Verde-GO, foto tirada no dia 04/11/2004, em Rio Verde-GO, na Faculdade Almeida Rodrigues, no escritório, durante o momento da entrevista.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)